

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**A COESÃO TERRITORIAL NA UNIÃO EUROPEIA: UMA ANÁLISE A  
PARTIR DA PERSPECTIVA PORTUGUESA**

Cyntia Leticia Cazarotto Cavalheiro

Lajeado, novembro de 2016

Cyntia Leticia Cazarotto Cavalheiro

**A COESÃO TERRITORIAL NA UNIÃO EUROPEIA: UMA ANÁLISE A  
PARTIR DA PERSPECTIVA PORTUGUESA**

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, Curso de Relações Internacionais, Centro Universitário UNIVATES, como parte da exigência para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ma. Cíntia Agostini

Lajeado, novembro de 2016

Cyntia Leticia Cazarotto Cavalheiro

## **A COESÃO TERRITORIAL NA UNIÃO EUROPEIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA PORTUGUESA**

A Banca examinadora abaixo aprova a Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, Curso de Relações Internacionais, Centro Universitário UNIVATES, como parte da exigência para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Prof<sup>a</sup>. Ma. Cíntia Agostini – orientadora  
Centro Universitário UNIVATES

Prof<sup>a</sup>.  
Nome da Instituição

Prof<sup>a</sup>.  
Nome da Instituição

Lajeado, novembro de 2016

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, pois acredito na sua onipresença e luz que me guia.

Agradeço à minha família pelo apoio incondicional, em especial aos meus pais, Rosmari e Paulo, por sempre acreditarem que a educação é o melhor caminho para a cidadania.

Agradeço ao meu namorado, Diego Serra, que me acompanhou desde o início da graduação e sempre me apoiou em todas as decisões.

Agradeço ao Centro Universitário UNIVATES pela disposição de um curso de qualidade, e de um ambiente criativo e convidativo aos estudos.

Agradeço a todos os meus professores que são verdadeiros educadores e mestres da vida.

Agradeço à minha orientadora, Cíntia Agostini, que, sempre muito atenciosa e paciente, caminhou lado a lado comigo na construção deste trabalho.

Agradeço a todos os amigos, tão atenciosos e queridos, que fazem parte da minha caminhada e estarão sempre no meu coração.

A todos, muito obrigada por fazerem parte desta construção. Sem dúvida, sozinhos não vamos longe. Sou o que sou graças à presença de pessoas muito especiais que são capazes de me ajudar a ser uma pessoa melhor a cada dia.

## RESUMO

Integração regional é um tema que vem sendo discutido nos estudos de Relações Internacionais da atualidade. Ela representa, genericamente, a união entre diferentes países que decidem unir-se para perseguir ideais comuns. Este fenômeno, após sua criação, revela que com a realização de múltiplos acordos e discussões, progressivamente o nível de integração tende a intensificar-se. Na classificação dos níveis de integração, a União Europeia (UE) é hoje o grupo mais avançado, pois é o único bloco que representa uma união econômica e monetária. Neste patamar, a UE, que conta hoje com a participação de 28 Estados-Membros, segue com políticas que primem pela evolução da sua integração, como é o caso das políticas de coesão. Tais políticas têm por objetivo harmonizar o espaço europeu, de modo com que as disparidades presentes entre as suas regiões sejam amenizadas. Assim, a ideia de coesão – em suas dimensões social, econômica e territorial – é uma das vias com as quais a integração pode evoluir. A última, que é o foco deste trabalho, complementa nas outras duas, vez que pretende harmonizar as questões de infraestrutura das regiões, diminuindo as disparidades entre as zonas rurais e urbanas, de modo a gerir satisfatoriamente as questões relativas a patrimônios histórico-culturais e infraestruturas. Neste trabalho, após as abordagens teóricas sobre os temas pertinentes à integração regional e coesão territorial, o objetivo consiste em identificar qual a percepção dos professores do IPL, em Portugal, a respeito das políticas de coesão territorial existentes na UE. Para tanto, a pesquisa contou com uma abordagem bibliográfica e aplicação de um questionário aberto. A análise dos dados revela um posicionamento uniforme na visão de todos os entrevistados. Para eles, os aspectos positivos decorrentes dessa política são muito relevantes para o desenvolvimento da comunidade e de Portugal. Dentre as reflexões obtidas a partir deste estudo, foi possível identificar a posição determinante das políticas de coesão para o processo de integração, já que as mesmas representam o planejamento necessário para sua evolução.

**Palavras-chave:** Integração Regional; Coesão Territorial; União Europeia; Portugal.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2 ASPECTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>11</b>
<b>3 NOÇÕES GERAIS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL E COESÃO TERRITORIAL .....</b>	<b>14</b>
3.1 Integração Regional .....	14
3.2 Território e escalas .....	20
3.3 Coesão territorial .....	26
<b>4 HISTÓRIA DA UNIÃO EUROPEIA E AS DISCUSSÕES ACERCA DA COESÃO TERRITORIAL NO SEU TERRITÓRIO .....</b>	<b>30</b>
4.1 A história da União Europeia .....	30
4.2 O tema da coesão territorial na União Europeia .....	36
<b>5 PORTUGAL: BREVE DESCRIÇÃO DA SUA TRAJETÓRIA NA UNIÃO EUROPEIA.....</b>	<b>41</b>
5.1 Portugal na União Europeia .....	41
<b>6 UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS PORTUGUESES SOBRE A COESÃO TERRITORIAL NA UE .....</b>	<b>44</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>56</b>
<b>ANEXO A – Questionário aplicado .....</b>	<b>59</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O debate acadêmico sobre o tema da integração regional é pauta no âmbito das Relações Internacionais contemporâneas. Enquanto processo, a integração de territórios ocorre desde que se tem conhecimento dos relacionamentos internacionais entre nações, pois diz respeito à integração entre países que apresentam objetivos comuns. Os países dispostos a selar este tipo de acordo entendem que uma união pode trazer melhores resultados, a partir do melhor custo-benefício para alcançá-los. Em virtude das diferentes correntes teóricas, esse assunto provoca uma série de divergências, especialmente no que tange às visões ortodoxa e heterodoxa, que serão aprofundadas no presente trabalho.

Dentre as regiões integradas existentes e estudadas, a UE é reconhecida como o exemplo mais avançado na conjuntura internacional. Tal posição é fruto de processos muito criteriosos estabelecidos entre os países-membros, como por exemplo, a livre circulação de pessoas, bens, capitais e serviços, a eliminação de barreiras alfandegárias, e a criação de uma entidade supranacional, dentre outros. Como o objetivo do bloco é aprofundar a sua integração, uma questão muito presente é a da coesão territorial, a qual pretende somar-se à coesão social e econômica, trazendo maior equilíbrio e a redução das disparidades entre os Estados-Membros da UE. No entanto, esse ponto é discutido há décadas, e

conforme Ferrão (2010), a coesão territorial é algo que precisa estar no entendimento de todo cidadão europeu para que aconteça com sucesso.

O processo que engloba a formação da UE mostra que a inclusão dos países foi sendo feita gradualmente, totalizando 28 membros em 2013 com o ingresso da Croácia. No entanto, o atual momento passa por uma transição, que vem em consequência do referendo inglês que optou pela saída do Reino Unido.<sup>1</sup> Na medida em que a UE expandia-se, foram acentuando-se as disparidades entre os países-membros, visto que a diversidade entre eles implica em uma série de fatores culturais, históricos e econômicos. É, portanto, imprescindível entender como a política de coesão pode ser utilizada como ferramenta na busca de uma integração regional harmônica entre os países.

Nesse trabalho, Portugal foi o país escolhido para ser analisado no processo de integração. Nestas condições, buscou-se compreender a percepção do que algumas pessoas deste país pensam a respeito da política de coesão da UE. Como pode ser visto ao longo do trabalho, Portugal é um país que ainda está em um segundo patamar de nível de vida e estar junto de uma comunidade, que atue de modo a realizar a coesão do seu território, parece ser vantajoso.

Diante do exposto, o presente trabalho buscou responder a seguinte questão: qual a percepção dos professores do Instituto Politécnico de Leiria, em Portugal, sobre a coesão territorial na UE?

Para atender ao problema de pesquisa, foram traçados, ao longo do trabalho, os seguintes objetivos específicos: Discorrer sobre o processo de integração na UE; Discutir os conceitos de integração regional, território, escalas e coesão territorial; e, Identificar a percepção dos professores do IPL sobre coesão territorial na UE. Ainda, cabe ressaltar que foi necessário haver estudos sobre a coesão territorial por uma perspectiva de integração regional, porque é um processo que unifica ainda mais uma determinada comunidade e será tratado ao longo do trabalho.

---

<sup>1</sup> Em junho de 2016 o Reino Unido (Inglaterra, Irlanda do Norte, Escócia e País de Gales) promoveu um referendo conhecido como *Brexit*, o qual teve o objetivo de saber se a população queria ou não sair da UE. A maioria dos votantes escolheu o sim, portanto o país está em processo de desligamento do grupo.



Via de regra, os países que se integram buscam estreitar laços e unir forças e caso não o façam inicialmente, acabam agindo desse modo ao longo do processo. Isso acontece porque para se alcançar ideais comuns em uma relação, é preciso coerência e parceria. Assim, a coesão é mais uma fase para harmonizar uma região e está presente nos planejamentos e políticas da UE.

A questão da coesão territorial é um tema que, na visão de Ferrão (2010), deve ser incluído no currículo das escolas da EU para incutir essa cultura no pensamento do cidadão, e não apenas mantê-la restrita a pequenas elites políticas e empresariais responsáveis pelas tomadas de decisões. Diante desse quadro, se faz necessária a difusão de mais pesquisas capazes de divulgar a real opinião de pessoas residentes na UE sobre o assunto. Assim, este trabalho objetiva detectar uma pequena amostragem dessa opinião, através da pesquisa realizada com os professores do IPL, com intuito de contribuir para posteriores pesquisas acerca deste tema e outros relacionados às políticas de coesão firmadas na UE.

Neste sentido, o presente trabalho perpassa por seis capítulos, que envolvem a análise da opinião de professores do IPL sobre coesão territorial na UE. O primeiro momento se caracteriza pela introdução do trabalho. No segundo capítulo são apresentados os aspectos metodológicos da pesquisa, para explanar como se deu o processo de levantamento e análise dos dados. Em seguida são trabalhados, do ponto de vista teórico, os assuntos pertinentes à pesquisa – a integração regional e coesão territorial –, com o objetivo de conhecer os conceitos e abordagens existentes, e que possam dar o devido suporte à análise empírica.

O quarto capítulo dedicou-se a conhecer a história da UE, bem como as discussões acerca de coesão territorial no seu espaço, a fim de situar em que momento vive a UE e como se deu o seu processo de integração. O capítulo seguinte buscou explicitar o contexto histórico e político, bem como as circunstâncias que levaram Portugal a unir-se à UE, buscando compreender qual sua participação e a importância deste país dentro do grupo, já que é o país onde vivem os entrevistados. Após, no capítulo 6, procede-se à análise dos dados coletados na pesquisa, isto é, detectar a opinião dos professores do IPL, correlacionando esses dados à luz do material bibliográfico utilizado. Por fim, são

expostas as considerações finais, que fazem o fechamento da pesquisa e destacam os principais resultados obtidos com o estudo proposto.

## 2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente capítulo expõe brevemente os aspectos metodológicos da pesquisa. Serve para explicar a maneira como a mesma foi realizada, o instrumento utilizado para a coleta de dados, o cenário e os sujeitos participantes do trabalho.

Este trabalho tem um caráter de natureza qualitativa, responsável por caracterizar a pesquisa segundo uma abordagem subjetiva, não visando obter dados quantitativos e exatos ao seu final. Conforme Chemin (2015), a pesquisa qualitativa não tem objetivos estatísticos, mas procura compreender em profundidade o recorte específico de um estudo, no presente caso, o grupo de docentes entrevistados.

Levando em consideração os objetivos gerais do trabalho, pode-se caracterizá-lo como descritivo, pois de acordo com a interpretação de Gil (2006), esse tipo de pesquisa tem por intento conhecer opiniões e os padrões de comportamento presentes em uma determinada população. Assim, se percebe que esta pesquisa está de acordo com esta classificação, já que de fato procura levantar a opinião de um grupo de professores universitários portugueses sobre a coesão territorial na UE. Ainda, nesse tipo de pesquisa é muito comum a aplicação de questionários, ferramenta utilizada na execução do presente trabalho. Especificamente, optou-se pelo questionário de tipo semi-estruturado, cuja finalidade implica em extrair o máximo de informações relativas aos tópicos norteadores das entrevistas realizadas.

A escolha desse grupo de cidadãos europeus para participar da pesquisa foi feita através da oportunidade da realização de um intercâmbio de estudos no IPL localizado na cidade de Leiria, em Portugal. O fato de estar presente e próxima dos entrevistados gerou resultados muito mais precisos, uma vez que os questionários puderam ser entregues diretamente aos professores, e eles obtiveram liberdade para a construção narrativa de suas respostas.

Esses professores foram identificados no trabalho como 1, 2 e 3. O campo de atuação deles não é o mesmo, sendo que o 1 trabalha com questões de desenvolvimento regional, o segundo com o Direito da UE e o terceiro com questões de empresas multinacionais e culturas. Por serem contribuidores na formação de pensamentos, a sua participação na pesquisa se considerou importante..

No que diz respeito às técnicas de pesquisa utilizadas, destacam-se o uso da coleta de dados bibliográficos e questionários abertos utilizados com os participantes da pesquisa. Em referência à primeira, Gil (2006), aponta que o trabalho se torna vantajoso ao valer-se de vários referenciais bibliográficos sobre o assunto, pois o acesso a uma ampla variedade de informações permite expor o estado da arte do tema tratado. Levar em consideração diferentes construções teóricas e percepções críticas acerca de um mesmo tema é determinante para o grau de excelência e solidez de argumentos apresentados em qualquer estudo científico.

Além dos dados bibliográficos coletados, o instrumento de pesquisa utilizado foi um questionário aberto (Anexo A), ou seja, os entrevistados responderam por escrito, com liberdade para se utilizarem da sua própria linguagem. Conforme Marconi e Lakatos (2002), esse instrumento de pesquisa possui algumas vantagens, como a economia de tempo, maior sinceridade das respostas em razão do anonimato, entre outras. No entanto, se observam algumas desvantagens, como a impossibilidade de auxiliar o respondente em caso de incompreensão da pergunta; o não retorno de alguns questionários ou devolução tardia dos mesmos.

Para responder ao questionário, quatro professores do IPL foram convidados. No entanto, apenas três deles retornaram ao primeiro contato. No questionário, foi solicitado uma breve identificação sobre a atuação profissional e formação de cada

respondente. Na sequência, foi solicitado aos entrevistados escrever o que pensam a respeito da UE, respondendo com brevidade aos seguintes eixos temáticos:

- 1) Conhecimentos acerca da UE (informações gerais sobre o histórico de formação, países que aderiram ao acordo, etc.);
- 2) Função de Portugal na integração e funções dos outros países.
- 3) Coesão territorial – conhecimentos (conhecimento teórico de coesão territorial, bem como prático)
- 4) Opinião (opinião sobre o tema da coesão territorial aplicado no caso da EU (é possível ou não chegar a esse estágio?). Pontos positivos e/ou negativos.

Todos os dados coletados foram analisados através da análise de conteúdo. Chemin (2015, p. 71) destaca que esta abordagem “permite a descrição sistemática, objetiva e quantitativa do conteúdo manifesto de uma comunicação; instrumento voltado ao estudo de ideias, e não de comportamentos ou de objetos físicos”. A pesquisa enquadra-se nesse campo, pois buscou interpretar e descrever todo o conteúdo obtido a partir dos métodos utilizados.

Por fim, cabe salientar que o presente trabalho limita-se a pesquisar a integração regional no espaço da UE, considerando as opiniões de um grupo de professores portugueses do IPL. Nestas condições, não pode ser generalizado como se fosse a opinião de todos os portugueses sobre o tema da coesão territorial.

### **3 NOÇÕES GERAIS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL E COESÃO TERRITORIAL**

Este capítulo busca reunir as noções gerais acerca do tema de integração regional e coesão territorial, mapeando os eixos centrais que organizam o estado da arte, para que se possa obter melhor compreensão do todo.

#### **3.1 Integração Regional**

A integração regional é um fenômeno presente na atual lógica global, a qual demonstra a necessidade de estudos e avaliações mais profundas sobre essas dinâmicas. Esse fenômeno tem se intensificado desde que iniciaram os primeiros projetos de integração entre países, que decidem se unir para alcançar interesses em comum. Pode-se perceber a existência de vários blocos de integração regional, como, por exemplo, o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), o NAFTA (Tratado Norte Americano de Livre Comércio), a APEC (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico), a UE, que é o foco desse trabalho, entre outros.

Diante disso, é importante conhecer as noções principais que caracterizam o conceito de integração regional – ou seja, como ela acontece, como pode ser classificada, além da sua complexidade.

O conceito de regionalismo pode ser dividido historicamente em dois grandes momentos. O primeiro deles envolve o cenário que compõe o período da Guerra Fria é o “velho regionalismo”, momento em que o mundo é dividido em dois megablocos (socialista e capitalista), cabendo-lhes a função de manter equilibrados ambos os sistemas. A segunda fase, o “novo regionalismo”, caracteriza-se pela grande expansão das empresas multinacionais que se facilitou pelas políticas de redução de barreiras comerciais após o acordo do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), atual OMC (Organização Mundial do Comércio), e que, com a mundialização da produção, buscam cada vez mais espaços onde possam atuar com menos barreiras, forçando a formação de regiões integradas (MOREIRA, 2010).

Analisando dessa maneira, pode se perceber que a integração regional acontece por interesses mútuos dos países, em um momento sustentado por duas ideologias opostas de lógica mundial e no segundo momento servir de base para a alta produtividade das multinacionais, grande símbolo do capitalismo. Ainda, pode se constatar que na segunda fase essas empresas multinacionais conquistaram poderes para influenciar, através da mundialização da produção, a tomada de decisão para que determinados Estados se integrem.

Nesse sentido, a integração regional que adota em algumas de suas fases os conceitos de coesão política, econômica e territorial é, segundo Moreira (2010), a integração de uma área através da extinção de tarifas aduaneiras ou então da formulação de preferências, além da promoção e utilização de regras comuns entre os países que compõem a região.

Para o autor, o fenômeno da regionalização é uma resposta ao fenômeno crescente da globalização, considerando que essa facilitou a centralização do poder econômico em um grupo restrito de empresas multinacionais e instituições internacionais, forçando os Estados a investirem nas suas políticas de apoio às indústrias (as menores em especial) para que as mesmas conseguissem sobreviver na lógica global. Assim, para muitos, a união com diferentes Estados pode representar poder de articulação para essas questões.

Por isso, é importante discutir a atual lógica que fundamenta a conjuntura contemporânea mundial, que é a globalização – para se compreender as complexas

dinâmicas que movem as redes de cooperação internas do universo espacial em que se desenvolve tal integração regional. Seguindo a lei física de ação e reação, a globalização provocou respostas tanto positivas, quanto negativas, porque, enquanto alguns autores acreditam que ela seja uma forma benéfica de homogeneização mundial, outros acreditam que ela é uma maneira para que a riqueza mundial, a produção de bens, os poderes econômicos e também políticos sejam concentrados em grupos de minorias, além de ser excludente.

Nesse contexto, Belluzzo (1998) aponta que para a lógica neoliberal, esse fenômeno é natural e bom para o mundo, considerando que o mesmo pode levar a uma democracia e economia de mercado mundial. Salvatore (2007) alinha-se a essa perspectiva, ao dizer que a globalização é um movimento inevitável, já que pessoas de todos os lugares, cada vez mais, apresentam semelhanças e exigências cada vez mais específicas e, para tanto, procuram por produtos parecidos em virtude da mundialização dos meios de transporte e comunicação.

Contrário à tudo isso, Hirst & Thompson (1998) afirmam que a globalização pode paralisar economias nacionais e servir de justificativa para governantes explicarem, muitas vezes, seus fracassos através da mesma. Fiori (1997) defende que o sistema financeiro é o único exemplo do tipo pleno de globalização. Hobsbawm (2000), por sua vez, alerta que a globalização não é, como possa se induzir a pensar, algo que conecte tudo em uma circulação realmente livre de bens, e que resulte em acesso ilimitado de tudo a todos. Assim pensa também Santos (2010), que explica a globalização como uma fábula, pois se entende que tudo está ao alcance de todos, quando, na verdade, os detentores dos meios de informação, por exemplo, transmitem-na da maneira que lhes convêm.

Compreendendo um pouco do que se trata a globalização, pode-se descrever como a integração regional é teorizada, já que pode se considerar que essa seja uma resposta àquela. Sendo assim, existem duas correntes que tentam explicar esse fenômeno: a ortodoxa e a heterodoxa.

A primeira defende a integração visando o bem-estar geral e é superficial em suas análises, porque não considera muitos aspectos para que isso ocorra, baseando-se na noção central do princípio clássico do liberalismo econômico de



Adam Smith, que diz “*laissez faire, laissez aller, laissez passer*”. Esta expressão significa literalmente "deixai fazer, deixai ir, deixai passar". Essa é a versão mais pura de capitalismo, cuja retórica argumenta que o mercado deve funcionar livremente, sem interferências, apenas com regulamentos suficientes para proteger os direitos de propriedade

Ou seja, deixa de considerar vários aspectos e peculiaridades essenciais para a eficácia concreta da integração regional, como conflitos, território, cultura, entre outros. Assim, o principal ponto para a integração na visão ortodoxa é a simples eliminação de barreiras políticas e econômicas, isolando os fatores econômicos, dos políticos e sociais.

Já a visão heterodoxa defende a análise dos mais diversos fatores para que a integração regional se realize, como por exemplo, o papel do Estado, os aspectos sociais, culturais, geográficos, e assim sucessivamente. Considerar esses recortes específicos não representa apenas um caminho único para o melhor desempenho da economia, mas é aspecto central a ser considerado para sistematizar a ação local, e assim, atingir o pleno desenvolvimento dos países envolvidos nos acordos de integração. Em outras palavras, se observa a existência de uma complexidade de fatores envolvidos nessa questão e que devem ser consideradas em conjunto nas análises, pois o simples “deixar fazer, deixar ir, deixar passar” pode alterar a via de todo um universo de sistemas, apenas por não ter considerado aspectos específicos, e que não receberam atenção (MUSACCHIO, 2013).

Nos casos em que o papel do Estado, que tem importância fundamental na regulação não só das políticas, mas na economia também (Estado regulador keynesiano), é desconsiderado, crises econômicas podem surgir. É o caso das crises mundiais de 1929 e 2008, quando sistemas privados do mundo todo vão à falência e quem entra com recursos para recuperar as economias são os Estados. Então se destaca a relevância em considerar sua atuação nos mais diversos aspectos ligados à gerência do seu espaço.

Pode-se perceber, dessa forma, que a corrente ortodoxa é interessada nas vantagens puramente econômicas, o que vai ao encontro dos interesses das grandes multinacionais, que vêem na integração regional uma oportunidade para o

crescimento da sua riqueza e manutenção do seu poderio produtivo. Nessa visão, parece que o que Maquiavel disse na sua obra “O príncipe” de que os fins justificam os meios, se encaixe, porque não há uma preocupação do que pode acontecer com os aspectos sociais e políticos, apenas o fator econômico é levado em conta. Ora, não se pode fazer um Estado apenas de economia, o que dirá de uma integração regional. Por isso, a visão heterodoxa mostra-se mais aberta e consciente da existência desse universo de variáveis.

Na análise ortodoxa, a integração regional é classificada em diferentes níveis, composta cinco eixos centrais de análise, sistematizados no Quadro 1.

Quadro 1- Estágios de integração econômica

<b>Estágios da Integração Econômica</b>		
1º estágio	Área de Livre Comércio	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Livre circulação de bens e serviços dentro do bloco</li> <li>* Inexistência de barreiras tarifárias e técnicas</li> </ul>
2º estágio	União Aduaneira	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Livre circulação de bens e serviços dentro do bloco</li> <li>* Existência de uma Tarifa Externa Comum</li> <li>* Harmonização das políticas comerciais</li> </ul>
3º estágio	Mercado Comum	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Livre circulação de bens, serviços e pessoas</li> <li>* Criação de instituições supranacionais</li> <li>* Harmonização da legislação fiscal e trabalhista</li> <li>* Criação de um orçamento comunitário</li> </ul>
4º estágio	União Econômica	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Livre circulação de todos os fatores de produção</li> <li>* Coordenação conjunta das políticas econômicas</li> <li>* Criação de um banco central da União</li> <li>* Harmonização da política fiscal e monetária</li> <li>* Criação de uma moeda única</li> </ul>

5º estágio	Integração Econômica Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Unificação completa das economias</li> <li>* Criação de uma política comum de relações externas</li> <li>* Criação de uma política de defesa e segurança comum</li> <li>* Unificação dos códigos de leis</li> <li>* Criação de uma autoridade supranacional</li> <li>* Unificação política</li> </ul>
------------	----------------------------	--

Fonte: Moreira (2010, p. 221).

O primeiro estágio compreende a Área de Livre Comércio, que libera a movimentação de bens e serviços na região e elimina barreiras comerciais no bloco. A segunda fase é a União Aduaneira, que além do conquistado no estágio anterior, cria uma Tarifa Externa Comum (TEC) para o grupo e harmoniza as políticas comerciais. Avançando, o terceiro estágio caracteriza o Mercado Comum, que acrescenta aos aspectos anteriores a criação de instituições supranacionais, padronização nas políticas fiscais e trabalhistas e planejamento de um orçamento único.

O quarto estágio, a União Econômica, é o atual estágio da UE e exemplo de integração em nível mais avançado existente hoje, criando um Banco Central comum e uma moeda única. O quinto estágio caracteriza um típico exemplo utópico, é a União Política que prevê a unificação completa das economias, a existências de uma política externa, de defesa e de segurança comum, a concepção de uma autoridade supranacional e a unificação das leis e da política (MOREIRA, 2010).

Para que se avance de um estágio para outro há uma longa caminhada. No papel eles representam degraus únicos, mas na realidade são degraus compostos por muitas etapas. Isso porque existe um emaranhado de fatores que são envolvidos ao se pensar na integração e um deles é a questão de soberania e autonomia dos Estados. Conforme Moreira (2010, p. 241), “com a integração das economias, por intermédio dos processos de globalização e regionalização, as noções de soberania e autonomia associadas ao Estado Nacional começam a sofrer reformulações”. Ou seja, se analisadas as propostas de cada fase da integração, percebe-se que cada vez mais se exige que o Estado ceda ao bloco o poder de muitas de suas decisões,

como as econômicas, fiscais, trabalhistas, territoriais e políticas, pois em cada degrau avançado a harmonização de todos esses aspectos se intensifica, gerando caracterizações supranacionais e não mais apenas nacionais.

A essa visão ortodoxa de integração regional, Musacchio (2013) faz críticas, principalmente pela sua forma superficial ao tratar do assunto. O autor sustenta que é problemática a tentativa de isolar fenômenos políticos da economia, social ou estratégias. Se feitas assim, as análises ficam muito rasas, pois não consideram a interferência de uns aspectos nos outros, mas principalmente a repercussão e os impactos que isso gera conforme os sistemas vão se especificando.

Por isso, esse quadro é uma estratégia de linearizar o processo de integração regional, para que se possa compreendê-la em uma forma de passo-a-passo. No entanto, cada item de cada fase é motivo de longas discussões entre os integrantes de um bloco regional e, talvez, não se consiga alcançar todos juntos de uma só vez, pois intrínseco a isso existem as questões de diferenças culturais entre as regiões, além dos diferentes interesses de cada bloco.

Para que haja um melhor entendimento de integração regional, além de compreender questões diretas acerca desse assunto, é importante discutir sobre o espaço em que isso acontece. Assim, temas como o território, as escalas territoriais e, então, a coesão territorial, são essenciais para um melhor discernimento da lógica em que se dá a integração regional.

### **3.2 Território e escalas**

O território é uma construção feita a partir do espaço onde atores sintagmáticos se apropriam deste e o “territorializam”. As ações planejadas através do interesse de um indivíduo, uma empresa ou um Estado e a forma como estes se relacionam e influenciam uns aos outros, por exemplo, criam o território. Para tanto, é necessário que haja uma relação social de comunicação, onde informações necessárias para a ação dentro de um espaço se encontrem com as informações disponíveis (RAFFESTIN, 1990).

Conforme Santos (1996), o território é uma formação socioespacial limitada por fronteiras. Nesse ponto Gottmann (1973, apud RAFFESTIN, 1990, p. 150), ressaltam: “Os povos civilizados parecem ter aspirado à universalidade desde muito cedo, porém sempre dividiram cuidadosamente o espaço a fim de se distinguir de seus vizinhos”. É intrínseco ao território a abordagem da noção de limites, porque é a forma como um grupo age em um determinado espaço e, além disso, delimitar é uma maneira para que haja a manifestação do poder em um lugar específico.

Assim, entende-se que um espaço onde há construções sociais através das relações entre diferentes entidades da sociedade é um território. E ainda que esse é limitado por fronteiras que delimitam as suas vivências, a sua produção, as suas normas.

Santos (1996) aponta ainda que o manejo do território é privilégio de alguns atores. Dessa forma, esses atores hegemônicos podem fazer dele um veículo de transporte para as suas regras individualistas. Percebe-se, assim, o motivo da importância e da dificuldade em arranjar o território de forma que contemple um bem-estar comum da sociedade ou uma vontade geral, pois a presença de uma minoria na organização do mesmo, além da sua representação de poder, faz com que os destinos que se dão à sua construção sejam, muitas vezes, egoístas e interesseiros.

O conceito de Brandão (2009) vem ao encontro das definições anteriores, onde se observa que o

Território, escalas e desenvolvimento são construtos sociais conflituosos – são produções humanas coletivas, dinâmicas, multidimensionais, contando com variados agentes e trajetórias históricas em disputa, em movimento processual e em aberto (BRANDÃO, 2009, s.p.).

Nesse contexto, discutir escalas é fundamental, porque estão diretamente ligadas a como se arranja o poder e as decisões no espaço território. Pode-se compreender, assim, como se relacionam as escalas em um caso de integração regional, possibilitando a percepção de como funciona a ligação entre o local, o regional, o nacional e o global.

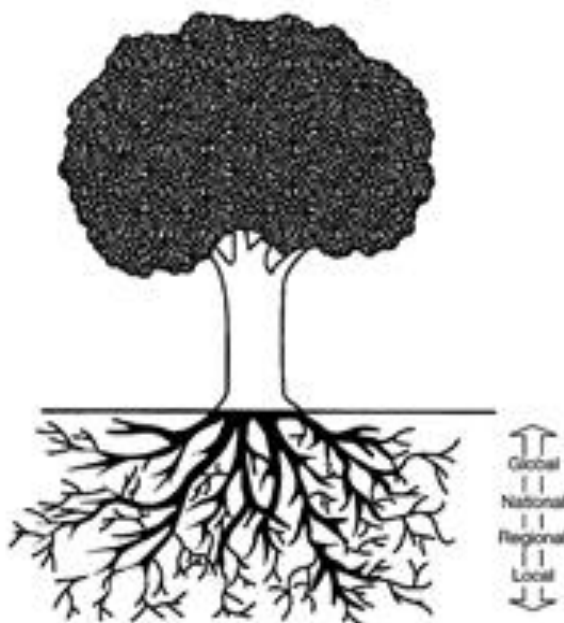
Brandão (2009) diz que as escalas concretizam as ações e definições políticas, influenciam diretamente na delimitação, na identificação e caracterização de um determinado espaço, onde acontece uma relação de imposições que advêm da mesma ou de outras escalas.

Para compreender melhor, Herod (2011) vale-se de metáforas para explicar as escalas em diferentes formas: escadas, círculos concêntricos, *matrioskas* e as raízes de uma árvore. A primeira maneira se refere a uma hierarquização em que cada degrau da escada representa um nível, sendo que o mais alto é o global, podendo-se entender que esse seria superior a todos os outros.

Na segunda, os círculos concêntricos, se visualiza o global como um círculo maior que abrange o nacional, o regional e o local. Assim como na metáfora da escada, percebe-se que há uma separação entre cada escala. No entanto, nesse caso, pode-se interpretar que não há uma superioridade do global sobre os demais, mas que esse apenas engloba todos os outros níveis.

No caso das *matrioskas* russas, cada boneca representa um nível e a maior delas, que representa a escala global, contém todas as demais escalas. Mas para isso, as escalas devem se encaixar perfeitamente umas nas outras, assim como nos círculos concêntricos. Assim, uma metáfora que se diferencia bastante dessas acima, é a das raízes de uma árvore, em que há um emaranhado de ligações e não se sabe onde começa uma e termina outra. Ou seja, as escalas não estão separadas, mas conectadas formando um todo comum.

Figura 1- As escalas como raízes de uma árvore



Fonte: Herod (2011, p. 229).

Nesse sentido, percebe-se que as escalas podem ser vistas tanto como formas sobrepostas umas às outras como interligadas. Neste último caso, parece haver um pouco mais de complexidade, porque considera relações mais próximas entre a escala global e local, por exemplo. Não fica, assim, delimitado demais o espaço das relações entre local, regional, nacional e global, o que seria ideal para uma boa condução de integração regional, dando oportunidade de desenvolvimento harmônico entre os diferentes níveis escalares.

Ainda, analisa-se as escalas através dos processos marcados pela heterogeneidade e conflitualidade. Elas não são fixas, ao passo que estão sempre se reestruturando e redefinindo conforme a sua dimensão, seu conteúdo e sua relativa importância. Ou seja, a sua característica contestatória e inerentemente dinâmica as permitem estarem em constantes rearranjos e modificações (SWYNGEDOUW, 1997; VAINER, 2006; BRANDÃO 2009).

Com isso, vê-se as escalas como instâncias flexíveis e porosas, pois estão sempre suscetíveis ao recebimento de diferentes informações e novas demandas, necessitando se rearranjar.

Vainer (2006) ressalta que as escalas, quando bem articuladas, representam o poder. Sendo assim, o poder não está presente em apenas uma instância como no local, no regional, nacional ou global e, sim, na capacidade de fazer relacionamentos entre todas essas escalas de ações sociopolíticas. Nesse sentido, Swyngedouw (1997, p. 140, tradução nossa) afirma que “a escala não é, por conseguinte, social ou politicamente neutra, mas encarna e manifesta a relação de poder”.

Para exemplificar na prática as escalas, Brandão (2009) aprova a atual política de construção supranacional europeia. Ela representa os mais avançados níveis de articulações escalares, através da capacidade em considerar o local, regional, nacional de modo que não percam seu valor durante o caminho da edificação desse projeto. Isso permite que haja democracia e cautela nas transferências de atribuições tanto para as instâncias subnacionais, como para as supranacionais.

É nesse contexto que se entende as ideias de coesão social, econômica e territorial, que serão discutidas na sequência, já que a UE como um todo pensa desde o seu local para o desenvolvimento do total. Muitas políticas para homogeneizar todas as áreas da UE são implantadas, de forma que se invista tanto nas regiões mais rurais como nas mais urbanas, para que se reduza as disparidades entre elas.

Como exemplo para que se enfatize a importância dessas políticas de coesão, o quadro abaixo mostra a relação do PIB *per capita* (Produto Interno Bruto) dos países-membros com a PPC<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> “Os níveis de vida podem ser comparados determinando o preço de uma série de bens e serviços em cada país em relação ao rendimento, utilizando, para o efeito, uma moeda virtual comum denominada padrão de poder de compra (PPC)” (UE, 2016, texto digital).



Quadro 2 - PIB por habitante em PPC

País	PIB por habitante em PPC
UE (28)	100
Bulgária	47
Roménia	55
Croácia	59
Letónia	64
Hungria	68
Polónia	68
Grécia	73
Lituânia	75
Estónia	76
Eslováquia	77
Portugal	78
Chipre	82
Eslovénia	83
Malta	84
República Checa	85
Espanha	91
Itália	96
França	107
Reino Unido	109
Finlândia	110
Bélgica	119
Suécia	123
Alemanha	124
Dinamarca	125
Áustria	130
Países Baixos	131
Irlanda	134
Luxemburgo	266

Fonte: CE (2016, texto digital).

Este quadro faz um comparativo do nível de vida entre os países-membros da UE no ano de 2015. Ele coloca como base 100 para o nível europeu e quando um país tiver número maior significa que está acima da média e menor que está abaixo da média. Assim, nota-se que Luxemburgo está em primeiro lugar nesta medição e a Bulgária em último, tendo uma diferença de 211 entre si. Portugal tem um nível mediano comparado com o padrão europeu. E assim se denota a necessidade de a UE estar buscando investir no desenvolvimento equilibrado para toda sua região, de modo que a qualidade de vida seja semelhante em todos os seus Estados-Membros.

No entanto, Ferrão (2010) afirma que o poder está intrinsicamente relacionado à dificuldade em que regiões integradas economicamente têm em estreitar seus laços através da coesão territorial. Ou seja, unir territórios representaria a concessão de um domínio que um Estado possui a uma entidade supranacional, representando a perda relativa da autonomia sobre a gestão do espaço onde os atores se articulam e emanam decisões.

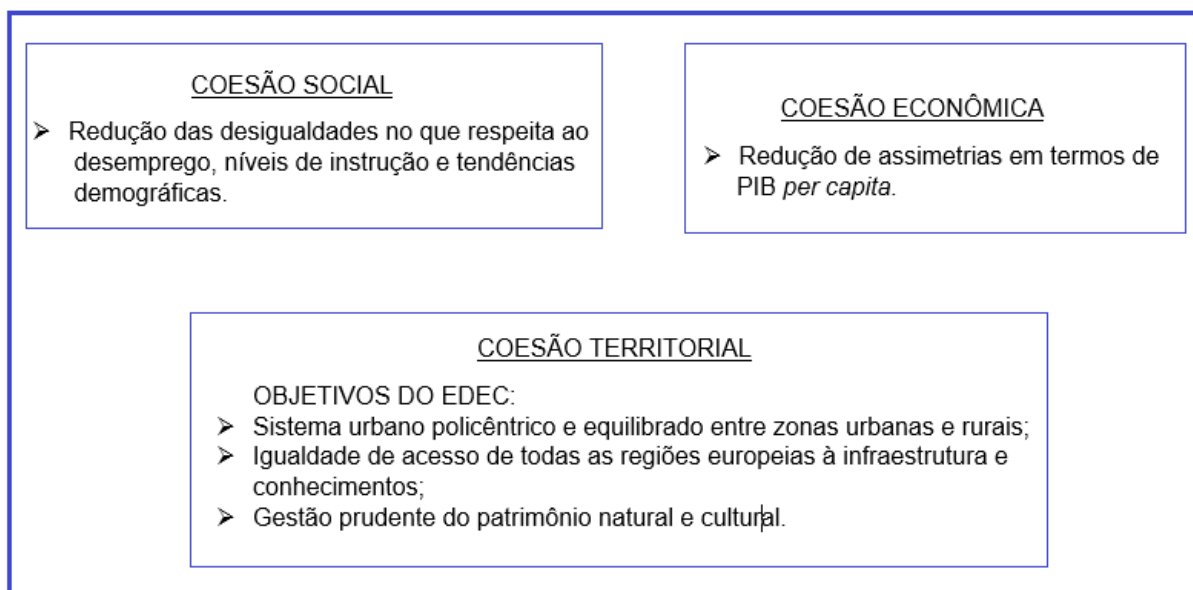
A partir disso, discutir alguns conceitos de coesão territorial se torna necessário, para que se possa obter uma melhor percepção sobre a sua realidade enquanto política regional de integração e a que acontecimentos efetivamente estão vinculados.

### **3.3 Coesão territorial**

A coesão territorial é um tema presente nas atuais discussões da UE, já que, através dessa ação, há uma pretensão em desenvolver maior equilíbrio na região, tornando mais coesas as políticas regionais e diminuindo as disparidades entre os territórios. Coesão territorial complementa a coesão econômica e social, quando se entende o território como uma instância ativa para o desenvolvimento.

Nesse sentido, Medeiros (2005) adapta um quadro explicativo elaborado pela Comissão de Regiões da União Europeia que relaciona esses três níveis de coesão, conforme se apresenta no quadro 3.

Quadro 3 - Os três pilares do conceito de coesão



Fonte: Adaptado pela autora com base em Medeiros, (2005, p. 10).

O quadro apresenta as três propostas de coesão que se pode ter num espaço: a econômica, social e territorial. Nesse sentido, cada uma dessas instâncias têm objetivos que formam a base para o seu acontecimento, conforme a área que envolve.

A econômica preza, principalmente, pela maior paridade em termos de PIB per capita entre os países que compõe uma região integrada. A social prevê a oportunidade justa e igual para todas as pessoas no que concerne emprego, níveis de ensino e informação e, ainda, nas tendências demográficas. E, por fim, a coesão territorial propõe um sistema urbano que não tenha o poder, a concentração de pessoas, os serviços, o acesso à informação centralizados em apenas uma região, mas que seja policêntrico e mantenha equilíbrio com as zonas rurais, não as deixando menos desenvolvidas, podendo, dessa forma, ter igualdade no acesso de todas as regiões do grupo à infraestrutura e ao conhecimento. E ainda gerir de forma consciente o patrimônio cultural e natural (MEDEIROS, 2005).

De acordo com a ideia anterior, Doucet (2006, p. 1473) *apud* Rückert (2010, p. 21) assinala que

Coesão Territorial é um conceito celebrado por investidores e planejadores europeus. A coesão territorial aparece como o complemento da política de coesão econômica e social da União Europeia. Em defeito, ela corresponde a uma ideia de uma solidariedade que se exprime entre os territórios da União através da implementação da política regional.

Novamente se vê que a UE é um exemplo real na tentativa da construção da coesão territorial. E esta aparece como uma continuidade da caminhada da integração europeia, ao passo que vem complementar as ideias de coesão econômica e social. É mais um meio de se avançar nas questões de igualdade entre as regiões, para promover maior harmonia no espaço nesse espaço.

No Livro Verde sobre Coesão Territorial da UE lançado em 2008, a Comissão Europeia ressalta a importância das discussões sobre o tema e constitui algumas definições para tal. Destaca-se nessa cartilha que a cooperação, solidariedade e o diálogo entre todas as instâncias territoriais (níveis de governo, organizações, pessoas) são necessárias para o fortalecimento, maior unificação e coerência nas políticas regionais.

Para tanto, exige-se uma maior compreensão para que na elaboração de políticas de coesão sejam consideradas igualmente tanto as regiões menores quanto as maiores, levando em conta todos os níveis territoriais. Assim, se objetiva o planejamento da base para o topo, não impondo apenas regras de macro compreensão, mas possibilitando maior ajuste entre zonas favorecidas e desfavorecidas (urbanas e rurais), podendo oportunizar aos indivíduos melhora de vida, de acessibilidade e também de fortalecimento local.

Pode-se assim perceber o planejamento por meio de relações e escalas, quando se coloca como importante a relação entre todas elas. Não há uma hierarquização, porque existe o interesse em considerar todos os níveis e suas necessidades particulares, não importando se vem da base ou do topo.

Nesse contexto, Ferrão (2004), destaca que a coesão territorial que considera todos os níveis dos Estados-Membros da UE pode trazer maior consistência entre

políticas nacionais e regionais. Assim, necessita-se que a gerência dessas políticas entre os países sejam feitas “de formas voluntárias de coordenação e de trocas de experiências face a um referencial estratégico comum que estamos a falar, e não de decisões de natureza estatutária”. (FERRÃO, 2004, p. 51).

No entanto, o objetivo de coesão territorial é um ideal, pois não é simples de se atingir. Muitas questões são envolvidas, como qualquer assunto que envolva integração regional e a gestão do seu espaço. É necessário muito planejamento, discussões, investimento financeiro, o que é gradual e complexo. Pode assim ser uma forma de não se estagnar um processo de integração regional, já que sempre se está na busca de maior harmonização do território.

Quanto a isso, Ferrão (2010) afirma que o poder está intrinsicamente relacionado à dificuldade em que regiões integradas economicamente têm em estreitar seus laços através da coesão territorial. Ou seja, unir territórios representaria a concessão de um domínio que um Estado possui a uma entidade supranacional, representando a perda relativa da autonomia sobre a gestão do espaço onde os atores se articulam e emanam decisões.

Discutidos os conceitos de integração regional, território, escalas e coesão territorial, pode-se inferir que todos eles estão conectados, no sentido de que um acontece a partir do outro ou um depende do outro. No caso, o território é o espaço no qual a integração regional é construída e as escalas são os meios pelos quais se fazem as negociações para que isso aconteça. E junto à isso, a coesão territorial vem a ser uma política de harmonização do espaço europeu, de forma a contribuir para a sua construção com um viés solidário, ao querer se investir em um desenvolvimento regional que contemple todos os Estados-Membros.

## **4 HISTÓRIA DA UNIÃO EUROPEIA E AS DISCUSSÕES ACERCA DA COESÃO TERRITORIAL NO SEU TERRITÓRIO**

Este capítulo visa traçar um breve histórico da formação da UE e o surgimento da ideia de coesão territorial nesse espaço de cooperação, e como esses temas vêm se desenvolvendo no cenário internacional ao longo dos anos.

### **4.1 A história da União Europeia**

A União Europeia surgiu na década de 50 através do desejo de solidariedade e paz na região que havia sido devastada pela Segunda Guerra Mundial. Na época, a antiga Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) projetou e conduziu os países europeus a unirem-se econômica e politicamente para, dessa forma, assegurar um contexto de maior estabilidade naquele território.

Assim, em 18 de abril de 1951, seis países (Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos) assinaram um tratado em que concordaram em submeter as suas indústrias de carvão e de aço a uma autoridade comum (CECA), formando assim a Europa dos 6. Esse início teve sucesso, o que possibilitou, em 25 de março de 1957, uma expansão dos acordos através da assinatura do Tratado de Roma que originou a Comunidade Econômica Europeia (CEE). O principal objetivo para esse avanço era a livre circulação de pessoas, das mercadorias e dos serviços nos espaços dos Estados-Membros (UE, 2016).

Em 30 de julho de 1962, o grupo resolveu controlar toda a sua produção de alimentos em conjunto, para garantir comida a todos. No entanto, essa medida gerou excedentes agrícolas e, somente mais tarde, na década de 1990, surgiram políticas para diminuir essa produção e controlar a qualidade. Em 01 de julho de 1968, os países da CEE concordam em eliminar a cobrança de barreiras aduaneiras quando o comércio fosse realizado entre eles e adotaram tarifas comuns para a importação de terceiros (UE, 2016).

Em 01 de janeiro de 1973 três novos países aderiram à CEE, sendo eles Dinamarca, Irlanda e Reino Unido formando a Europa dos 9, e em 1979, com o gradativo avanço das tecnologias da informação que a região presencia, os cidadãos pertencentes ao grupo adquiriram o direito de eleger os seus deputados. Em 01 de janeiro de 1981, a Grécia entrou na CEE e cinco anos depois, em 01 de janeiro de 1986, Espanha e Portugal também se uniram ao bloco. Nesse contexto, o número de integrantes aumentou bastante, formando a Europa dos 12, o que acentuou as diferenças existentes entre os países e dificultou o livre comércio na região. Para tanto, em 17 de fevereiro de 1986 a CEE assinou o acordo Ato Único Europeu que pretendia, com um planejamento para seis anos, atenuar essas diferenças (UE, 2016).

Em seguida, na década de 1990, muitos acordos que fortaleceram ainda mais a UE foram assinados. O Tratado de Maastricht, em 1992 estabeleceu as normas para a futura moeda única e a política de segurança externa, além de o grupo ter passado, formalmente, a ser chamado de UE. Em 1993 se estabeleceu o mercado único, onde trouxe à realidade quatro liberdades aos Estados-Membros, sendo a livre circulação de pessoas, de capitais, de bens e de serviços. Dois anos após, em 01 de janeiro de 1995, Áustria, Finlândia e Suécia aderiram ao grupo, constituindo a Europa dos 15. Em 1997, o grupo assinou o Tratado de Amsterdã, onde se apoiaram reformulações nas instituições europeias, o direcionamento de mais recursos para a geração de empregos e o reforço da posição da Europa no mundo (UE, 2016).

Em 1999, onze Estados-Membros decidiram adotar o Euro como moeda única, criando a Zona do Euro, mas somente em 01 de janeiro de 2002 é que a moeda foi impressa e passou a circular livremente nesses países. Em seguida,

2004, a UE recebeu mais dez novos integrantes, entre os quais diversos eram ex socialistas (Estônia, Eslováquia, Eslovênia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, República Checa e as Ilhas de Chipre e Malta), sendo que três anos mais tarde, 2007, Bulgária e Romênia se inseriram. Com a Europa dos 27, a UE assinou o Tratado de Lisboa, em 2007, onde reviu alguns acordos anteriores para que a democracia e a eficiência do grupo em questões como as mudanças do clima, a sustentabilidade e a segurança se ampliassem. O mais recente país a aderir à UE foi a Croácia, em 2013, totalizando 28 membros (UE, 2016).

No entanto, no ano de 2008 uma forte crise financeira estourou nos Estados Unidos, tomando proporção mundial. Isso aconteceu em razão de que nos EUA muitos proprietários não conseguiram mais pagar seus empréstimos hipotecários e os bancos do mundo todo que investiam nesse setor começaram a ter decréscimos financeiros. Foi em especial quando um dos maiores bancos norte-americanos, o *Lehman Brothers*, faliu por razão da sua má administração que a crise se alastrou. Muitos bancos europeus tinham investimento nessa área e quase levaram a falência seus países, tendo que nesse caso a UE entrar com ajuda.

Assim, países como a Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália (PIIGS)<sup>3</sup>, em especial, se encontraram com grandes dificuldades quando seus bancos começaram a pedir ajuda para escaparem da crise. Na verdade, pode se observar que esses Estados não tinham tantas condições para auxiliar, porque já acumulavam uma dívida pública grande, derivada de empréstimos com o setor privado para auxílio nas suas economias. Os países se viram numa situação vulnerável, porque não conseguiam mais dar conta desses empréstimos, já que a dívida era grande e não arranjavam mais financiamentos a juros razoáveis, nem auxiliar seu setor financeiro privado.

Essa situação trouxe uma forte instabilidade para a zona do euro, demonstrando vulnerabilidade no sistema bancário e ajustes fiscais. A situação da Grécia foi, no entanto, uma das piores, levando a cogitação da sua saída da EU

---

<sup>3</sup> Termo criado na década de 1990 pela imprensa britânica para se referir aos países do sul europeu, considerando seus aspectos de déficit público e dívida soberana. Na crise de 2008 vem à tona novamente, para representar a mal situação econômica desses países. O termo PIIGS soa como *pigs* (porcos em inglês), de forma a relacionar essas economias como porcinhas.



pelos demais membros. Conquanto, em 2012, após terem sido criadas medidas temporárias de apoio aos países com problemas financeiros, a UE criou o Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), com uma capacidade de empréstimo em 500 bilhões de euros. Para tanto, regras mais rigorosas foram estipuladas, como um maior controle dos gastos dos países que se utilizarem desse empréstimo, podendo ser uma alternativa em momentos de crise. (UE, 2016).

Junto a esses problemas econômicos enfrentados por diversos países, as fortes ondas migratórias que a Europa vem recebendo (com mais intensidade desde 2011) trazem instabilidade para a região. São milhões de pessoas que buscam sobreviver de perseguições e guerras em seus países de origem e entram ilegalmente na UE, em especial pela Itália e Grécia. Muitos refugiados ingressam também pela Turquia (no país há cerca de 3 milhões) que é uma porta de acesso aos demais países do continente europeu. Entre 2015 e 2016 a UE já gastou cerca de 10 bilhões de euros com essa causa. (CE, 2016).

Essa é uma dificuldade com a qual a UE se depara. Trata-se de uma causa humanitária, em que essas pessoas que a fazem não têm outra escolha para sobreviver e atravessam os mares do Mediterrâneo e Egeu com grupos ilegais que as conduzem ilegalmente. Normalmente precisam dar uma poupança de uma vida toda para conseguir atravessar. E no outro lado, a Europa, está recebendo essa massa significativa de pessoas, que sem ter para onde ir e sem condições básicas de vida, precisam se realocar para lidar com a situação. É um grande dilema que os governos europeus têm de enfrentar para encontrar uma forma adequada de recolocar os refugiados no seu espaço de maneira segura e sustentável.

A situação dos refugiados fica ainda mais complicada com os acontecimentos terroristas na Europa nos últimos anos que dizimaram muitas pessoas (Espanha em 2004, Reino Unido em 2005, França em 2012, 2015 e 2016, Bélgica em 2014 e 2016, Alemanha 2016, entre outros). Por esse motivo, a desconfiança quanto às pessoas que ingressam na região é cada vez maior, ficando ainda mais rígido o sistema de entradas. Conforme o Conselho Europeu (2016), a UE luta contra o terrorismo desde 2005, através de estratégias para prevenir, proteger, perseguir e responder aos ataques. Ainda buscam parceiros externos para encontrar fortalecimento nessa batalha.

Nesse contexto, lutar contra o terrorismo é um grande desafio atual para a UE, porque ele não tem cara, nem lugar fixo. Pela dificuldade em identificar quem são os propulsores de ataques que já não se organizam em grupos, mas muitas vezes solitariamente, combater essas ações que causam muita fragilidade e instabilidade de segurança fica muito complicado.

Ainda, assunto bastante atual na UE é o *Brexit – Britain Exit*. Trata-se de um referendo realizado no Reino Unido em junho de 2016 que buscou a opinião popular sobre a sua saída da UE. Tendo a maioria votado à favor (51,9% votou pelo sim e 48,9% pelo não), se oficializou o início da retirada do país. Esse processo leva cerca de dois anos, conforme pré-estabelecido no Tratado de Lisboa, artigo 50, em que todo Estado-Membro tem direito de deixar voluntariamente a UE, respeitando as normas constitucionais de comunicar o Conselho Europeu e entrar num acordo para uma melhor forma de que aconteça o desligamento. (GOMES, 2016).

Esse fato é muito polêmico tanto por suas possíveis causas, como possíveis consequências. Conforme Luz et al., (2016), existem estatísticas que revelam o perfil das pessoas que votaram pela permanência ou saída do Reino Unido, sendo a maioria do primeiro caso mais jovem e com maior escolaridade, enquanto no segundo caso são pessoas mais velhas e com menor escolaridade, em geral. Isso pode denotar a falta de informação sobre as possíveis consequências da retirada do país da UE.

Ainda, uma causa presumível que justifica em partes a aprovação do referendo é a questão da imigração, que desde que o país entrou para a UE aumentou significativamente, pelo fácil acesso de cidadãos europeus em todos os Estados-Membros. A questão da xenofobia é presente no país e a presença do estrangeiro causa medo de escassez de trabalho e a ideia de que ele pode trazer mais custos do que benefícios para o seu país. Isso não se justifica, pelo fato de que é necessário a presença de imigrantes no país, para suprir sua baixa natalidade e assumir empregos que os próprios ingleses não querem. Além disso, existe a questão relacionada ao terrorismo, que poderia ser facilitada pela livre circulação de pessoas à que está sujeito quem é membro da UE e, também, o caso da crise dos países, com ênfase nos PIIGS, pelo fato de muitos britânicos não concordarem com

essas falhas nas suas economias, tendo que eles contribuïrem para a sua recuperaçãõ.

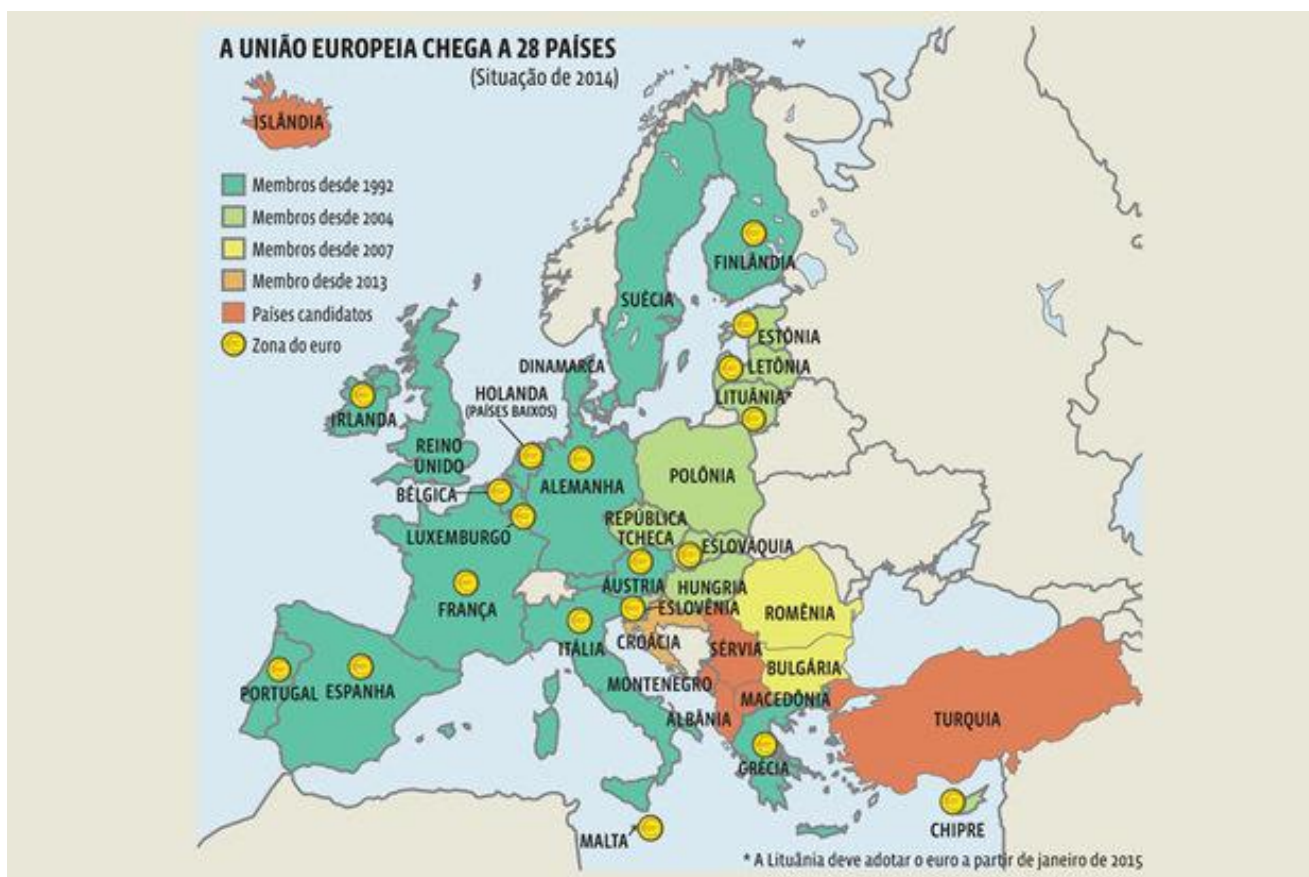
Quanto ao Reino Unido, em uma pesquisa feita pela FGV (Fundaçãõ Getúlio Vargas) com base em redes sociais, outros païses como Alemanha e França, na sua maioria, gostariam que o païis permanecesse na UE. Ele é considerado um dos Estados-Membros mais desenvolvidos da UE e com grande contributo financeiro para o grupo. Por isso, se trata da perda de um forte parceiro, em que a UE precisará se redesenhar com a ausênciã dele. Além disso, vale destacar que com a saïda do païis, a UE passa a ter somente um membro permanente no Conselho de Segurança da ONU (Organizaçãõ das Nações Unidas), que no caso é a França. (RUEDIGER et al., 2016).

Em relaçaõ às consequênciãs econômicãs para o Reino Unido, é fato que perde todos os benefïcios de livre circulaçaõ de mercadorias, capitais e pessoas com o restante dos païses do grupo, entre outros incentivos fiscais que a integraçaõ regional traz. Por outro lado, desde a votaçaõ pelo “sim”, houve uma queda da libra esterlina perante uma cesta de moedas internacionais, o que pode trazer a possibilidade de uma maior competitividade no cenário externo com a exportaçaõ de bens ingleses, já que até entãõ tinham custo muito alto pelo valor da sua moeda.

A UE vive um momento cheio de turbulênciãs que podem vir à desestabilizar a regiãõ. É a fase pós-crise, que gera um contexto marcado por instabilidade, a forte onda de migrações, que causa divergênciã entre os formuladores polïticos da regiãõ e a questãõ da saïda do Reino Unido, que ainda está em processo de concretizaçaõ. Dependendo do resultado oficial do *Brexit*, será necessáριο fazer com que os païses que realmente querem estar e seguir com o processo com base no objetivo que originou a UE, repensem em conjunto muitos assuntos, e tentem encontrar soluções para a boa continuidade e eficácia da integraçaõ. Mas foi a partir de uma Europa fragilizada que surgiu a ideia da UE, na tentativa de reestabelecer as boas condições de vida no local. Entãõ, se o objetivo principal ainda for o mesmo, pode se esperar que com o tempo surjam novas alternativas para reencontrar a estabilidade do grupo.

Para melhor compreensão do espaço da UE, a figura abaixo representa o mapa da região, com os países-membros, os candidatos a entrarem para o grupo e aqueles que pertencem à Zona do Euro.

Figura 1 – Mapa da UE



Fonte: Almanaque Abril (2016, texto digital).

Apresentado um breve histórico sobre a integração regional na UE, a seguir, descreve-se um histórico sobre como foram acontecendo as discussões acerca da coesão territorial no bloco.

#### 4.2 O tema da coesão territorial na União Europeia

Este subcapítulo foi baseado, principalmente, no estudo de Ferrão (2004). O autor fez uma construção histórica contextualizando as discussões acerca de coesão territorial na UE.

Ferrão (2004) relata as fases de discussões sobre a organização do espaço e, conseqüentemente, coesão territorial na UE. Nesse contexto, essas ideias começaram a ser estudadas e analisadas a fundo entre os anos de 1989 e 1991, caracterizados pelo autor como a primeira fase de debates. Essa se caracteriza por produções acadêmicas acerca do assunto, que inovam os conceitos através de metáforas, como a “banana” relatada por Brunet em 1989 que intenciona a visualização da grande centralização de recursos nas áreas de Londres, Amsterdã, Bona e Milão; a “estrela azul” descrita por Laurif em 1991 que remete ao futuro da disposição do espaço europeu, baseado nas zonas de maior prosperidade, além de áreas em desenvolvimento proporcionadas pelas redes de transportes transeuropeias; o “cacho de uvas” de Kunzmann e Wegener (1991) que visualiza uma Europa sustentável, formada por cidades internacionalizadas e dispostas através de redes organizadas; além das concepções de Lutzky em 1990, alternado a importância da consideração quanto às diferenças histórico-culturais da Europa para uma futura reorganização do espaço na região.

Além disso, no ano de 1989, na cidade de Nantes aconteceu uma reunião informal de ministros de vários Estados-Membros da UE que faziam parte das discussões sobre ordenamento de território e desenvolvimento regional, na qual foi proposto estudos sobre ordenamento de território em uma escala supranacional. Esse encontro se referenciou, de certa forma, nos encontros informais da CEMAT (Conferência Europeia dos Ministros de Ordenamento do Território), criada em 1970 no âmbito de UE, que pretendia um melhor planejamento do espaço europeu, para que se melhorasse a harmonia nas políticas setoriais e induzisse o desenvolvimento mais sustentável para a Europa. (FERRÃO, 2004).

Nessas condições, Buunk (1999) e Peters (2003) apud Ferrão (2004), destacam que a concretização de redes de infraestrutura de transportes transeuropeias, contemplada no Tratado de Maastricht em 1991, denota a primeira ação para o desenvolvimento espacial da região. Ou seja, há nesse momento a intenção de um sistema homogêneo de transportes, que seja transeuropeu, de modo que facilite os acessos aos diferentes pontos pertencentes à UE. Essa pode ser vista como uma forma de planejar o espaço contando com uma evolução harmônica.

Entre 1991 e 1994, Ferrão (2004) destaca a segunda etapa das discussões sobre o espaço europeu, a qual se caracteriza pela transição entre os estudos transnacionais para as definições dos pilares para a estratégia de desenvolvimento do espaço. Em 1991, por exemplo, é apresentado o documento *Europa 2000*, divulgando estudos sobre oito super-regiões europeias<sup>4</sup> e, ainda, os espaços da Suíça e Áustria. Todas essas pesquisas e debates que sucederam o encontro de Nantes tinham o objetivo de construir “espaços europeus de cooperação inter-regional e de troca de experiências que constituíssem um nível regional europeu de natureza supranacional” (FERRÃO, 2004, p. 46), explicando as super-regiões como integradas por vários estados-membros.

No entanto, toda essa idealização de super-regiões exige que haja uma reestruturação na governança do espaço comunitário europeu, pois isso implica, de certa forma, uma perda de autonomia e soberania nacional para um ente supranacional. Conforme explica Meegan (1994),

O centro dos argumentos políticos que influenciam o debate sobre uma "Europa das Regiões" é a previsão de que a crescente integração econômica e política na Europa vai, inevitavelmente, ser acompanhada da diminuição do poder dos Estados-nação e um crescimento correspondente no poder político (e econômico) das regiões - e do estado local dentro de uma Europa federal. (apud FERRÃO, 2004, p. 46, tradução nossa).

Esse fato vai ao encontro com o que já foi exposto acima, quando se fala sobre coesão territorial. Isso porque reordenar o espaço europeu, de forma que haja maior integração entre os países-membros, implica na transferência de parte autonomia nacional destes à instância que diz respeito ao todo comum da UE.

Em 1991 foi criado o *Comittee on Spatial Planning* (CSP), onde se começou a pensar no desenvolvimento do espaço e não mais somente o planejamento do mesmo. Essa evolução da abordagem se dá pelo fato de desenvolvimento ter um amplo campo de abordagem (políticas econômicas, sociais, territoriais), enquanto o planejamento seria de competência mais exclusiva dos Estados.

Esse Comitê permite, em 1993, o início da criação de um documento que caracteriza a terceira fase das discussões acerca de coesão territorial na UE: o

---

<sup>4</sup> Arco Alpino, Arco Atlântico, Regiões do Mar do Norte, Centro das Capitais, Diagonal Continental, Mediterrâneo Central, Mediterrâneo Ocidental e Novos Länder Alemães.

EDEC (Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário). Em 1994 é publicado o documento *Europa +* que define algumas necessidades quanto à coesão territorial, defendendo o desenvolvimento de redes de transporte transeuropeias e uma forte cooperação na região. (FERRÃO, 2004).

Já na terceira fase, em Estrasburgo no ano de 1995, uma reunião informal de ministros discutiu o planejamento e ordenamento do espaço e definiu três elementos essenciais para tanto: sistema urbano, rede de transportes e patrimônio natural. E em 1996 se inicia o Programa de Iniciativa Comunitária INTERREG IIc que defende a cooperação inter-regional na UE para que se fortaleça o ordenamento territorial no local. Esse programa apoiou iniciativas transregionais que em abril de 1998 e fevereiro de 1999 se articularam com a DGXVI da Comissão Europeia (Direção Geral de Desenvolvimento Regional) na realização de nove seminários transnacionais que foram capazes de gerar debate público sobre o arranjo transnacional da UE. (FERRÃO, 2004).

Em 1999, seis anos após a criação do CSP, no Conselho informal de ministros do ordenamento do território e planejamento é aprovado o EDEC. Este documento é baseado, conforme Ferrão (2004), em alguns elementos que são: coesão econômica e social; desenvolvimento sustentável; competitividade equilibrada; desenvolvimento espacial policêntrico; igualdade no acesso ao conhecimento e informações; gestão consciente do patrimônio natural e cultural; dimensão espacial; dimensão europeia; interesse dos estados-membros. (FERRÃO, 2004).

O EDEC pretende promover a coesão territorial para facilitar a atuação em conjunto das políticas nacionais e regionais. Esse ordenamento territorial se constrói através do consenso entre os estados-membros para uma perspectiva de integração e estratégias comuns. Para o autor, para que o plano da EDEC desse certo seria necessário que essas ideias estivessem inseridas nos valores básicos da sociedade e não fosse tema que circulasse apenas entre os políticos, acadêmicos e consultores. (FERRÃO, 2004).

Nesse ponto, é interessante notar a dimensão que é a coesão territorial. Se é que seria importante que o tema estivesse presente na vida do cidadão europeu, se

percebe que é um processo que envolve as diferentes escalas da UE, com necessidade de conhecimento sobre o assunto desde o indivíduo. Assim, este poderia estar interagindo com as possíveis mudanças que a coesão territorial poderia trazer no seu local de vida e se sentir cada vez mais pertencente à UE. Ou seja, fazer com que as pessoas fiquem sabendo que existe como aprimorar a integração, de modo que este sistema facilite o seu acesso à toda região.

A Comissão Europeia (2016) divulgou dados sobre o funcionamento da política de coesão na UE entre 2007 e 2013. Ao que se indica, os resultados têm sido muito positivos, tendo sido criados um milhão de postos de trabalho, o que corresponde a um terço do total de criação de empregos em toda UE. Além disso se viu um aumento de investimento financeiro se comparado ao período de 2000 a 2006, passando de 1 bilhão de euros para 11,5 bilhões, o que foi crucial para as pequenas e médias empresas no período da crise. Ainda se observou um investimento de 11% do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) em projetos urbanos e infraestruturas sociais.

Esses são alguns pontos destacados que foram desenvolvidos através da política de coesão. O objetivo de uma UE mais coesa e menos díspar, ainda continua traçando metas para o período 2014-2020, com a criação de mais postos de trabalho, a necessidade de integrar os migrantes, reduzir emissão de CO<sub>2</sub>. O seu foco principal continua sendo reduzir as diferenças entre as zonas rurais, as zonas marcadas pela transição industrial e as regiões com limites naturais ou demográficas graves e permanentes. (CE, 2016; PE, 2016).

Além desses documentos e encontros, ao longo das discussões outros se realizaram. O assunto permeia as discussões da UE, mas é algo que exige muito tempo, pois envolve interesses de muitos Estados e abrange questões de autonomia e soberania dos mesmos, o que, por vezes, pode gerar insegurança.



## 5 PORTUGAL: BREVE DESCRIÇÃO DA SUA TRAJETÓRIA NA UNIÃO EUROPEIA

Esse capítulo objetiva apresentar um breve histórico de Portugal na UE, sendo que esse foi o país-membro escolhido para analisar sua perspectiva quanto à ideia de coesão territorial na comunidade.

### 5.1 Portugal na União Europeia

Portugal, membro da UE desde 1985, iniciou suas negociações para se integrar no bloco em outubro de 1978, pouco tempo após deixar de ser um sistema ditatorial. Aqui se exemplifica como é demorado o processo de integração e a necessidade de ser uma democracia para entrar na UE.

Quando Portugal assinou o Tratado de Adesão em junho de 1985 e entrou para a CEE em janeiro de 1986 (juntamente com a Espanha), a comunidade era composta apenas por dez países, formando então a Europa dos 12. Na ocasião, se integrar ao bloco era um bom negócio para Portugal, visto que diante das realidades encontradas nos demais membros do grupo, o país era um dos menos desenvolvidos. Isso se constata no otimismo dos quinze primeiros anos em que se passaram após a adesão, considerando um aumento no produto *per capita* de cerca de 53% da média da UE para cerca de 73%. (PINTO, 2011).

Dentro dos contributos que Portugal passou a se beneficiar, estão os fundos estruturais, que no início da sua participação na comunidade, puderam ser direcionados em maior quantidade para o país, considerando que o grupo ainda era pequeno. Esses fundos têm por objetivo dar um apoio comunitário intenso, de forma a auxiliar o membro da comunidade a superar os seus obstáculos para não ficar tão díspar do geral dos países em todos os aspectos (econômicos, sociais e políticos). (PINTO, 2011).

Para compensar essas disparidades já existentes entre Portugal e os demais membros da CEE, foram incentivados investimentos públicos e privados em algumas áreas essenciais para a melhoria das condições. Essas áreas foram a agricultura, as comunicações e a formação de trabalhadores.

Mesmo assim, o nível de vida em Portugal ainda se encontra entre 20% e 30% inferior ao padrão europeu, se situando num segundo patamar de convergência, composto por países como, Eslovénia, República Checa, Eslováquia, Lituânia, Grécia e Estónia. Essa diferença, conforme Mateus (2015), é visível através da evolução do bem-estar das famílias com base na criação de riqueza e consumo, pois após a adesão de Portugal à CEE, o consumo esteve à frente do processo de convergência nacional, superando a criação de riqueza. Ou seja, a população portuguesa aumentou seus níveis de consumo, mas não aumentou seu nível de produção própria, o que poderia contribuir mais para o desenvolvimento do país.

Na produtividade, Portugal apresentou um aumento de 73% por hora de trabalho entre 1986 e 2013. Por outro lado, enquanto houve um aumento de 14% nas atividades, a taxa de emprego baixou 13%. Mateus (2013) destaca que

A elevada disparidade entre os Estados-membros, com a produtividade na Bulgária dez vezes menor que no Luxemburgo, revela a diversidade de modelos económicos na UE. Apesar de ter reduzido a distância ao padrão europeu, Portugal não tem conseguido acompanhar o ritmo de convergência dos países do alargamento, reduzindo substancialmente a sua vantagem. (MATEUS, 2013, p. 48).

Num posicionamento competitivo externo, por exemplo, entre os anos de 1999 e 2007, Portugal obteve o sétimo pior desempenho exportador na UE. Porém, entre 2007 e 2013, observa-se que o país conseguiu aumentar sua quota em 3% ao ano, conseguindo alguma melhora nesse quesito. (MATEUS, 2013).

No que diz respeito à política de coesão territorial, Portugal teve uma estabilidade no seu padrão interno, mas a disparidade perante a maioria dos países da UE ainda se mantém. No entanto, desde 2008 essa realidade de coesão territorial vem se alterando através de um propósito para diminuir as diferenças regionais que surgiram com a crise econômica e financeira. A disparidade que há entre as regiões mais competitivas no nordeste europeu e as menos competitivas nas regiões periféricas (o leste, Grécia, sul da Itália e Espanha e Portugal) denotam o cenário europeu de competitividade regional desigual.

Conforme o disposto na página oficial da UE (2016), a o grupo tem um total de despesas em Portugal de 4,943 mil milhões de euros, enquanto que Portugal contribui com 1,637 mil milhões de euros. Portugal contribui com cerca de 0,96% do seu rendimento nacional bruto (RNB), enquanto recebe uma contribuição equivalente à 2,89% do seu RNB<sup>5</sup>.

Assim, se percebe que, para o país estar dentro do bloco da UE é uma vantagem, pois está se beneficiando de diversas políticas que pretendem diminuir as diferenças dos níveis de vida entre todos os Estados-Membros. Desse modo, poder almejar padrões como o alemão, belga e francês e estar junto a eles nesse projeto, pode ser proveitoso para países menos desenvolvidos, como Portugal, entre outros. Talvez sozinhos esses países enfrentariam mais dificuldades de se harmonizar no espaço europeu.

---

<sup>5</sup> O RNB é calculado através das rendas produzidas por residentes que se encontram efetivamente num país, ou seja, é a medida da renda produzida por uma nação.

## **6 UMA ANÁLISE DA PERCEÇÃO DOS PORTUGUESES SOBRE A COESÃO TERRITORIAL NA UE**

Este capítulo visa analisar as respostas obtidas através dos questionários aplicados a um grupo de professores do IPL, bem como descrever qual a atual realidade da coesão territorial na UE.

Conforme já disposto anteriormente, é de interesse da UE o investimento no seu espaço para que esse possa ser desenvolvido na busca de maior igualdade entre as regiões. A comunidade, contando com 28 Estados-Membros, ainda possui disparidades entre si, por isso, o interesse nas políticas de coesão continua à tona, com mais desafios a serem alcançados, como o caso da inclusão dos migrantes na sociedade, de maneira que não se acentuem as diferenças sociais e regionais.

Conforme a CE (2016, texto digital) a Política de Coesão “está direcionada para todas as regiões e cidades da UE com vistas a apoiar a criação de emprego, a competitividade empresarial, o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável e a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.” (CE, texto digital, 2016).

Considerando isso, as políticas de coesão procuram dar as melhores oportunidades a todos os cidadãos da UE, promovendo um amplo desenvolvimento nas diversas áreas que envolvem a integração: infraestrutura, trabalho e renda, entre outros.

O interesse na execução da Política de Coesão está explícito no fato de que existem as metas para essa área, como foram as de 2000-2006, 2007-2013 e a atual que é a de 2014-2020. Nessa última, existem cinco objetivos a serem alcançados que são relacionados ao emprego, inovação, educação, inclusão social e clima. Para tanto, 351,8 bilhões de euros foram reservados, o que equivale à um terço do orçamento da UE. (CE, 2014).

Diante desse expressivo montante financeiro a ser investido nessa política, pode se perceber que existe real interesse na coesão da UE. Ainda, o objetivo de alcançar os cidadãos através da criação de mais empregos, educação e inclusão social, demonstra que os gestores da UE pretendem promover um espaço de oportunidades para todos e com fácil acessibilidade por toda a região.

Os fundos para a Política de Coesão são executados através de três principais órgãos: o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE) e o Fundo de Coesão. Ainda, a Comissão Europeia trabalha diretamente com os Estados-Membros para definir as áreas com prioridade a receberem investimentos e eles também têm autonomia para gerir os recursos. E para tanto, existe grande fiscalização por parte da Comissão Europeia e dos Estados-Membros, como auditorias e verificações acerca da realização dos projetos, tendo que ambas partes enviar relatórios ao longo do período orçamental. (CE, 2014).

Nesse contexto, as relações entre as diferentes escalas estão presente, porque existem demandas que surgem nos locais e passam a ser conversadas com o nacional e supranacional. E também existe a maneira inversa, de decisões supranacionais que vão perpassando pelas outras escalas para entrarem em ação. Ou seja, as diversas escalas se relacionam entre si por diferentes caminhos. Assim, o que disse Herod (2011) ao comparar as escalas com o emaranhado das raízes das árvores parece se aplicar a esta realidade, pois existe uma relação em vários sentidos das escalas, que não depende, muitas vezes, da hierarquia do maior para o menor. Em outras palavras, conforme a demanda de cada nível escalar, eles podem conversar entre si, independente do se está no topo ou na base.

Na prática, os resultados expressos em números, conforme a CE (2014), através desses fundos foram criados 594 mil novos empregos entre 2007 e 2012, foram apoiados 61 mil projetos de investigação, o sistema de abastecimento de água foi modernizado beneficiando 3,2 milhões de pessoas, 198 mil pequenas e médias empresas receberam investimento direto e 1200 km de estradas e 1500 km de linhas ferroviárias foram desenvolvidas. Essas são algumas áreas beneficiadas que receberam investimento e conseguiram obter avanços através da Política de Coesão.

Para o período de 2014-2020 existe uma meta que contempla 11 objetivos temáticos, conforme disposto pela CE (2015, texto digital):

- 1 - Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação;
- 2 - Melhorar o acesso, a utilização e a qualidade das tecnologias da informação e da comunicação;
- 3 - Aumento da competitividade das PME;
- 4 - Apoio à transição para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono;
- 5 - Promoção da gestão e prevenção de riscos e adaptação às alterações climáticas;
- 6 - Preservação e proteção do ambiente e promoção da eficiência dos recursos;
- 7- Promoção do transporte sustentável e melhoria das infraestruturas da rede;
- 8 - Promoção do emprego sustentável e de qualidade e apoio à mobilidade laboral;
- 9 - Promoção da inclusão social, combate à pobreza e a qualquer tipo de discriminação;
- 10 - Investimento na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida;
- 11- Melhoria da eficiência da administração pública.

Através dessas metas já alcançadas e das ainda traçadas se observa que a busca pela redução das disparidades existentes na UE está de fato acontecendo. Ainda, para a distribuição dos fundos, existe uma classificação dos países quanto ao seu desenvolvimento, sendo: os mais desenvolvidos, em transição e menos desenvolvidos. Assim, os recursos podem ser distribuídos entre 50% e 85% do total do financiamento de um projeto. O restante pode ser conseguido através de fontes privadas ou públicas (nacionais ou regionais).

Ainda, se vê que os objetivos são compostos por um *mix* de temas que contemplam os três tipos de coesão: social, econômica e territorial. Conforme se nota a intenção de melhorar a acessibilidade ao conhecimento e infraestrutura de

toda a população, as questões de empregabilidade e educação, além das que pretendem melhorar a economia, se percebe que o que foi descrito por Medeiros (2005) e Rückert (2010) se confirma. Ou seja, a coesão territorial vem a complementar a social e econômica, ao passo que dentro das metas de política regional da UE elas já se encontram juntas, fazendo parte do mesmo sistema que intenciona buscar mais igualdades entre os Estados-Membros e seus cidadãos.

Dentro deste contexto, no questionário aplicado ao grupo de professores do IPL, perguntou-se sobre o seu conhecimento acerca da coesão territorial e sua opinião sobre o assunto. Todos os respondentes concordam que a UE ainda tem muitas disparidades e, portanto, é preciso muito trabalho para alterar esta realidade. Mas a maioria tem otimismo ao falar dessa integração e da sua coesão, pois acredita que é uma maneira de se conseguir melhoras para cada Estado-Membro, podendo preservar suas identidades particulares e promover mudanças positivas na sua sociedade, como se observa através de um dos respondentes que diz que

[...] um dos sinais positivos é o fato de o atual quadro de fundos estruturais (2014-2020) se caracterizar por um ainda maior enfoque na valorização dos aspectos únicos, culturais e sociais de cada região, apostando na inovação e competitividade ao mesmo tempo que preserva a riqueza das idiosincrasias locais” (Professor 1, 2016).

Nesse caso, pode se observar um fator que às vezes dificulta a integração: o medo de perder as identidades locais (cultura, língua, entre outros). Considerando o que foi colocado por esse professor 1, a UE procura minimizar as diferenças entre as suas regiões no sentido de dar boas condições de vida a todo o cidadão e competitividade a todos os países-membros, mas não é intenção homogeneizar a cultura, porque tem a preocupação em manter esta diversidade que enriquece o grupo.

Assim, o disposto por Musacchio (2013), que defende a visão heterodoxa da integração, aproxima-se desta perspectiva relatada pelo aspecto que contempla áreas diversas da integração regional, não se atendo apenas às questões econômicas. Ou seja, se pretende intensificar a integração da UE, mas para tanto muitos fatores são considerados. Isso se diferencia da visão ortodoxa, por exemplo, que não abrange toda a complexidade da integração, seguindo o lema *laissez-faire*.

Assim, a intenção de preservar as culturas e peculiaridades de cada local, aliada ao planejamento do desenvolvimento da região, denotam que existe uma preocupação com os mais diversos temas para a integração, não só os econômicos, o que faz com que todo esse processo seja mais complexo e lento, já que o número de variáveis a serem consideradas são grandes.

Ainda, foi destacado que ao participarem de uma integração regional, como a da UE, os países perdem um pouco da sua autonomia, delegando poderes a uma entidade supranacional. No entanto, existem vantagens em estar dentro da comunidade, que é a de participar de uma integração que agrega mais de 500 milhões de pessoas, que tem livre circulação de cidadãos e mercadorias, que é uma potência mundial e que procura promover a igualdade entre as suas regiões. (PROFESSOR 3, 2016).

Aqui também pode ser encontrado novamente um fator que já foi discutido no capítulo sobre integração regional, dito por Moreira (2010), que pode dificultar os processos de integração: a perda de parte da soberania nacional perante um governo supranacional. Esse ponto é importante na discussão, porque ceder parte da sua autonomia é realmente algo que os Estados tentam evitar e dentro de um grupo de acordos comuns isso é algo inevitável. Mas se integrar pode trazer benefícios em contrapartida disso, como aproveitar as diversas vantagens de estar em um bloco, que são as já citadas livre circulação de mercadorias e cidadãos, o melhor custo-benefício nas transações comerciais entre os países-membros, a possibilidade de juntos se reforçarem no cenário internacional perante outros grandes países, a perseguição de ideais de qualidade de vida juntos, entre outras.

Ainda, sobre a coesão foi destacado que apesar das diferenças entre os países pertencentes à UE, no seu todo eles apresentam bons níveis de acesso à saúde, educação, justiça, mortalidade infantil, entre outros. Assim, se conclui que as disparidades entre os Estados-Membros são dentro de um bom nível de qualidade de vida se comparado com países de fora do grupo, mais pobres, com mais dificuldades.



Ao serem questionados sobre a função de Portugal e dos demais países na UE, foi colocado que não existe uma funcionalidade específica para cada país na comunidade. Ou seja, todos trabalham em conjunto para a promoção de um espaço democrático e de paz. Ainda, foi destacado pelo professor 1 que por estar dentro da UE, Portugal teve avanços que se devem aos investimentos dos fundos estruturais, como nas rodovias, na competitividade das empresas, nos recursos humanos, entre outros.

Isso vem ao encontro do que disse Pinto (2011), ao considerar que, uma vez dentro da UE, Portugal passou a se beneficiar dos fundos estruturais, conseguindo avançar em inúmeros aspectos. Então, parece estar claro que, para o país, fazer parte da UE é vantajoso, porque talvez fora dela não conseguiria se desenvolver sozinho o que se desenvolveu no mesmo espaço de tempo em que é membro da UE.

Foi colocado também que Portugal, assim como alguns outros países, têm um padrão inferior a outros Estados-Membros, como a Alemanha, a Holanda e os países nórdicos, por exemplo. E isso é um desafio para a UE, ao passo que tenta equilibrar estas realidades para promover um espaço com menos desigualdades. Sobre isso, pode-se destacar o que respondeu um dos professores, ao dizer que

Portugal e outros países com nível de desenvolvimento intermédio (face à média da UE) têm representado um desafio importante, ao longo da história, para a capacidade da UE em se adaptar a diferentes realidades, testando a aplicabilidade dos princípios fundadores da UE (PROFESSOR 1, 2016).

Isso quer dizer que a UE ao ter se alargado ao longo dos anos, permitindo a adesão de países com níveis diferentes de desenvolvimento, procurou se valer dos seus objetivos principais. Ou seja, quis aumentar seu espaço de atuação na proposta de cooperar como integração regional e promover um espaço democrático e de paz para todos os cidadãos. No entanto, essa aderência de novos Estados-Membros pode ter um interesse duplo, quais sejam: querer ampliar a área de cooperação, mas também pode se pensar no interesse em ter junto do grupo, locais onde existam custos de produção mais baratos para as corporações multinacionais se instalarem.

Entretanto, isso é contrário do que propõem as ideias de coesão social, econômica e territorial e todas as ideias da integração em si. Isso, porque se elas defendem a igualdade entre as regiões, entre o urbano e rural, com as políticas de coesão, mais cedo ou mais tarde, essa diferença de custos de produção deveria ser muito reduzida, pois, assim, significaria que os diferentes países teriam as mesmas condições e custos.

No questionário, foi abordado ainda sobre o conhecimento dos respondentes acerca da UE. É interessante destacar neste ponto que todos demonstraram saber brevemente sobre o seu histórico, mas mais do que isso, vale ressaltar que um dos professores retratou a atual fase da integração da UE, a qual passa por dificuldades. Conforme esse respondente

O projeto europeu encontra-se envolvido em fortes dúvidas sobre o seu rumo futuro, devido à decisão resultante do referendo inglês em sair da União Europeia. Se há 10 anos atrás se pensava que o caminho seria no sentido de aprofundar o processo de integração, evoluindo para uma União Política, hoje existem várias circunstâncias que colocam sérios obstáculos a essa evolução: para além da saída do Reino Unido (com eventuais efeitos de contágio sobre outros países), a crise dos refugiados e as dificuldades relacionadas com as finanças públicas sobretudo nos países do Sul da Europa, demonstram a existência de clivagens importantes entre os vários países membros que tornam difícil a progressão para uma União Política". (PROFESSOR 1, 2016).

Ou seja, a integração na UE passa por um momento conturbado que traz dúvidas quanto ao seu futuro. Ao se estudar, por exemplo, as fases da integração através da visão ortodoxa como o descrito por Moreira (2010) e já visto neste trabalho, se visualiza apenas a evolução dos níveis de degrau a degrau. Como se pode observar na realidade, essa teoria descreve o que parece ser um ideal, mas talvez tenha de se adequar às atuais mudanças. Isso, porque ela não analisa a integração em toda sua complexidade, nem se prevê retrocessos nela. Não existe previsão clara de como se dará a continuidade da UE nos próximos anos, mas, com certeza, é uma fase a ser analisada para aperfeiçoar as teorias de integração regional.

A UE tem na sua história o seu objetivo inicial de integrar os países que tiveram seu espaço prejudicado pela Segunda Guerra Mundial. Depois, esse ideal foi se adequando às novas necessidades de se estar junto na integração, como cooperar economicamente, ampliar a circulação dos cidadãos europeus pelo

território, cooperar em matéria de justiça até que em algum dado momento do percurso de integração houvesse uma União Política. Na atualidade, parece que esse objetivo principal às vezes se dispersa entre interesses individuais dos Estados-Membros.

Ou seja, a UE, apesar de já ter mais de meio século de integração, ainda depende muito dos objetivos individuais de cada país. No questionário, na parte em que os professores foram perguntados sobre o conhecimento de coesão territorial, um deles respondeu que os Estados só se mantêm na integração enquanto estiverem obtendo ganhos líquidos da mesma. (PROFESSOR 2, 2016). Então, parece que para se alcançar uma União Política ou Integração Econômica Total existe um caminho longo a ser percorrido, porque representaria a criação de um governo supranacional e de uma completa homogeneização em muitos aspectos, como políticos, jurídicos e econômicos.

Apesar de tudo isso, conforme disposto neste capítulo sobre os investimentos da UE nas políticas de coesão, a intenção do grupo em seguir a integração aprofundando seus laços e diminuindo as diferenças entre as regiões continua viva. Mesmo que no momento atual existam turbulências que dificultem uma visão do futuro da UE, não existe uma ideia concreta de retrocesso da integração. O que parece acontecer é que os Estados-Membros estão tentando encontrar em conjunto ou muitas vezes dentro de si mesmos, solução para os problemas vividos.

Na percepção portuguesa dos professores do IPL, ao final de tudo, pode se concluir que o otimismo quanto à existência da UE é unânime, além da percepção com entusiasmo sobre o tema de coesão. Todos eles destacam as dificuldades que a UE passa, algumas desvantagens para os países estarem integrados, mas que o processo dessa integração e a existência dela são importantes para o desenvolvimento e fortalecimento do espaço europeu. Eles vivem num país em que diversos aspectos melhoraram após se integrar na UE. Na verdade, aqui se pode ver que ainda é vivo o sonho europeu e que ele se encontra entre pessoas bem esclarecidas que atuam instruindo outras, como os professores.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A UE tem uma história marcada pelo desejo de se unir para se reconstruir num período pós-guerra. Com sucesso foi se desenvolvendo e se alargando, totalizando hoje 28 Estados-Membros. Seu objetivo de cooperação e desenvolvimento conjunto, sempre esteve à frente de todas as decisões e foi motivo para que muitos países quisessem fazer parte dela. Ao longo dos anos foi se aperfeiçoando e firmando acordos que foram estreitando os laços entre os países. É hoje, sem dúvidas, a mais desenvolvida integração regional que existe. Já passou por diversos níveis, sendo considerada atualmente uma união econômica.

No entanto, o atual momento que vive a região é conturbado, com a possível saída da Inglaterra, com o intenso fluxo migratório que chega na Europa e com a fase de pós-crise de 2008. São diversos e complexos acontecimentos no mesmo espaço de tempo que demandam muita energia dos executores políticos e econômicos da UE para encontrarem soluções. Por isso, o futuro dessa integração não parece estar claro, porque esses acontecimentos estão todos em curso e o grupo terá que encontrar novas estratégias de fortalecimento.

Sobre o tema principal deste trabalho foi possível perceber que a UE mantém claro nos seus planos a ideia de coesão e planeja estratégias políticas e econômicas para tanto, através do financiamento expressivo no desenvolvimento das suas regiões, a fim de diminuir as disparidades de competitividade, qualidade e infraestrutura entre elas. Esse tema tem tudo a ver com o ideal principal da UE, que

é promover um espaço desenvolvido e de oportunidades para todos os seus cidadãos, além da paz e democracia que devem imperar na região.

Quanto a isso, foi possível observar que a opinião dos participantes portugueses no questionário, mesmo sendo um pequeno número de respondentes, foi comum, sendo que todos têm uma visão otimista acerca da existência da UE e do processo de coesão territorial. Esta seria, de fato, mais uma maneira de alcançar níveis mais elevados de igualdade entre as regiões da UE e mais desenvolvimento para todo o espaço. Os professores do IPL que responderam à pesquisa, reconhecem que através da participação de Portugal na UE foi possível obter melhoras em vários setores dentro do país.

Desta forma, se destaca que existem muitos benefícios na integração dos países. Isso porque eles se unem com objetivos comuns e juntos constroem o planejamento para que se torne realidade os seus ideais. No caso da UE, pode se verificar que países com um nível de desenvolvimento inferior à média do grupo, como Portugal, por exemplo, conseguiram ter melhoras significativas, porque se tem o desejo de construir um espaço harmônico em qualidade, oportunidade, infraestrutura, competitividade. E, além disso, a totalidade dos Estados-Membros se beneficia com as isenções tarifárias de comércio, a livre circulação de pessoas, as preferências aduaneiras e outras políticas que adotam em comum. Pode ainda ser ressaltado que atualmente a UE, no cenário internacional, tem uma identidade forte, porque tem consolidado perante os outros a sua integração, de forma que muitas negociações internacionais acontecem com a participação do bloco todo.

No entanto, a integração ainda envolve questões muito delicadas aos Estados, que são a sua autonomia e soberania, pois sempre que se formam grupos é preciso delegar uma liderança à eles e ceder algumas responsabilidades e habilidades para que se consiga fazer valer o interesse coletivo. Nesse ponto, pode se explicar a dificuldade que todo o processo de integração regional leva para avançar, porque é preciso unanimidade em muitas decisões e, em grande parte das vezes, interesses nacionais se sobressaem. Pode ser por isso que no momento a UE passa por momentos conturbados da sua integração, porque são inúmeros problemas já citados acontecendo que nem sempre têm a mesma ideia de solução em todos os Estados-Membros.

Ao final desta pesquisa, pode-se inferir que o objetivo principal dela, que foi saber a opinião dos professores do IPL sobre a coesão territorial na UE, foi alcançado. Ou seja, foi possível aplicar o questionário proposto e se obteve o retorno das respostas. Assim, se conseguiu fazer uma análise acerca da opinião desses cidadãos portugueses sobre o tema principal do trabalho que é a coesão territorial na UE. Além disso, a pesquisa foi capaz de fazer uma abordagem dos temas de integração regional, escalas, coesão territorial, o histórico da UE e a participação de Portugal na integração.

Sobre esses temas que se encontram dentro dos objetivos específicos propostos no início do trabalho, pode-se dizer que também foram alcançados, de modo que houve uma pesquisa bibliográfica que pode discorrer sobre o processo de integração na UE e ainda a discussão dos conceitos de integração regional, território, escalas e coesão territorial. Esses conceitos tratados se encontram dentro da temática abordada pelo trabalho, ao passo que a coesão territorial é um processo discutido dentro de uma integração regional em construção (na UE). Essa, por sua vez, se dá a partir do território, que é produto das construções sociais e das relações entre as diferentes entidades presentes nele. Ainda, os processos que acontecem nesse território e que representam discussões que levam ao avanço enquanto integração regional, perpassam pelas diferentes escalas apresentadas ao longo do trabalho, porque para se atingir um território coeso, é preciso considerar os mais diversos aspectos advindos dos diferentes níveis escalares. E, por último, o objetivo que buscava saber a opinião dos professores da UE acerca da coesão territorial na UE também foi atingido, conforme disposto no parágrafo anterior.

E, para finalizar, é válido ressaltar que os próximos anos da UE parecem estar incertos, haja visto o momento turbulento que vive. Ao mesmo tempo, por parte dos seus gestores, o desejo pela continuidade do grupo está visivelmente presente, já que existem políticas que planejam a melhoria da região pensando no futuro e contemplando os temas da coesão. Assim, se pretende continuar evoluindo como integração e elevando a harmonia entre as regiões. No entanto, conforme já mencionado, a UE é formada por países soberanos e depende de muitas decisões em conjunto, podendo ser difícil encontrar soluções claras para os atuais problemas, visto que são complexos, delicados e passíveis de muitas divergências de opinião, ao mesmo tempo que são sujeitos às inferências da globalização.



## REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Maria Inês Ramos. **Globalização**: características mais importantes. Disponível em: <[http://www.fsma.edu.br/visoes/ed03/3ed\\_artigo1.pdf](http://www.fsma.edu.br/visoes/ed03/3ed_artigo1.pdf)>. Acesso em 10 set. 2016.

Almanaque Abril. **Mapas**: União Europeia. Disponível em: <<https://almanaque.abril.com.br/mapas/Mundo>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

BELLUZZO, L. G. **A questão da globalização**. In: FIORI., J. L. et al. (Orgs). **Globalização**: o fato e o mito. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998. p.125-130

BRANDÃO, Carlos Antonio. Territórios, conflitos e escalas espaciais: anotações críticas em momento de crise estrutural. In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 13, 2009, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2009.

CHEMIN, Beatris Francisca. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos**: planejamento, elaboração e apresentação. 3.ed. Lajeado: Ed. da Univates, 2015.

COMISSÃO Europeia. **A política de coesão em funcionamento**: principais resultados dos investimentos da UE em 2007-2013. 2016. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/pt/newsroom/news/2016/10/10-07-2016-cohesion-policy-at-work-key-outcomes-of-eu-investments-in-2007-2013](http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/newsroom/news/2016/10/10-07-2016-cohesion-policy-at-work-key-outcomes-of-eu-investments-in-2007-2013)>. Acesso em 20 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **A política de investimento principal da UE. 2016**. Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/pt/policy/what/investment-policy/](http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/policy/what/investment-policy/) Acesso em: 14 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **A UE e a crise do refugiados**. 2016. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/portugal/news/eu-refugee-crisis\\_pt](http://ec.europa.eu/portugal/news/eu-refugee-crisis_pt)>. Acesso em 18 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **GDP per capita in PPS**. 2016. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eurostat/tgm/table.do?tab=table&plugin=1&language=en&pcode=tec00114>>. Acesso em 16 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia**: perspectivas futuras, n. 28. Bruxelas: 2008. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docgener/panorama/pdf/mag28/mag28\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/panorama/pdf/mag28/mag28_pt.pdf)> Acesso em: 15 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Porque aconteceu a crise?** 2014. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/economy\\_finance/explained/the\\_financial\\_and\\_economic\\_crisis/why\\_did\\_the\\_crisis\\_happen/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/economy_finance/explained/the_financial_and_economic_crisis/why_did_the_crisis_happen/index_pt.htm)>. Acesso em 18 out. 2016

\_\_\_\_\_. **Prioridades para 2014-2020**. 2015. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/pt/policy/how/priorities](http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/policy/how/priorities)>. Acesso em: 16 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Uma introdução à Política de Coesão da UE para 2014-2020**. 2014. Disponível em: <<https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/>>



COMUNICACAO/BROCHURA%20PC\_2014\_pt.pdf>. Acesso em: 17 out. 2016.

CONSELHO Europeu. **Luta da UE contra o terrorismo**. 2016. Disponível em: <<http://www.consilium.europa.eu/pt/policies/fight-against-terrorism/>>. Acesso em 16 out. 2016.

FERRÃO, João. A Emergência de estratégias transnacionais de ordenamento de território da União Europeia: reimaginar o espaço europeu para criar novas formas de governança territorial? **Revista Eure**. Santiago de Chile, v. XXIX, n. 89, p. 43-61, mai. 2004.

FERRÃO, João. **Ordenamento do Território: 25 anos de aprendizagem**. Europa Novas Fronteiras: 25 anos de Integração Europeia. Portugal, n. 26/27, p. 77-84, dez. 2010.

FIORI, Jose Luis. Globalização, hegemonia e império. In:\_\_\_\_\_. FIORI, J. L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GOMES, Ieda. Potenciais impactos do Brexit nos mercados globais de energia. **Boletim de Conjuntura do Setor Energético**. v. 7, 2016. Disponível em: <[http://fgvenergia.fgv.br/sites/fgvenergia.fgv.br/files/boletim\\_conjuntura-julho2016\\_v704.pdf](http://fgvenergia.fgv.br/sites/fgvenergia.fgv.br/files/boletim_conjuntura-julho2016_v704.pdf)>. Acesso em 17 out. 2016.

HEROD, Andrew. **Scale**. London and New York: Routledge, 2011.

HIRST, P.; THOMPSON, G. **Globalização em questão**. A economia internacional e as possibilidades de governabilidade. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

HOBBSAWM, Eric J. **O novo século**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUZ, Margareth da; FERNANDES, Janaina de M.; BARBOSA, Bárbara; OLIVEIRA, Wagner. **Proporção de imigrantes no território influenciou voto pelo Brexit**. 2016. Disponível em <<http://dapp.fgv.br/proporcao-de-imigrantes-no-territorio-influenciou-voto-pelo-brexit/>>. Acesso em 18 out. 2016.

MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MATEUS, Augusto. **25 anos de Portugal Europeu**. Lisboa, 2013. Disponível em <<https://www.ffms.pt/FileDownload/db4da352-ef6a-4800-a7d7-a4d6b187a475/25-anos-de-portugal-europeu>> Acesso em: 20 set. 2016.

MEDEIROS, José Rocha. **A Coesão Territorial nas NUTS III de Fronteira de Portugal Continental**. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos). Universidade de Lisboa, Lisboa, 30 set. 2005.

MOREIRA, Cássio Silva. A integração regional como resposta ao processo de globalização. **Gestão Contemporânea**, Porto Alegre, ano 7, n. 7, p. 215-243, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://seer4.fapa.com.br/index.php/arquivo/article/view/56/26>>. Acesso em: 25 out. 2015.

MUSACCHIO, Andres. En busca de una renovación teórica para el estudio de la integración económica regional: planteos y debates. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 7-34, jul. 2013.

PARLAMENTO Europeu. **Coesão Económica, social e territorial**. 2016. Disponível em: <[http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuld=FTU\\_5.1.1.html](http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuld=FTU_5.1.1.html)>. Acesso em 18 out. 2016.

PINTO, Fernanda Maria Reis F. F. **A integração de Portugal nas Comunidades Europeias**. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/19158/1/A%20Integra%C3%A7%C3%A3o%20de%20Portugal%20nas%20Comunidades%20Europeias%20-%20Fernanda%20Pinto.pdf>>. Acesso em 12 set. 2016.

RAFFESTIN, Claude. O que é o território. In: \_\_\_\_\_. **Por uma geografia do poder**. RÜCKERT, Aldomar A. Usos do território e políticas territoriais contemporâneas: alguns cenários no Brasil, União Europeia e Mercosul. **Revista de Geopolítica**, Ponta Grossa, v.1, n.1, p. 17-32, jan./jun. 2010.

RUEDIGER, Marco Aurelio (Org.); RUEDIGER, Tatiana T. et. al. **Brexit divide britânicos também nas redes**. 2016. Disponível em: <<http://dapp.fgv.br/brexit-analise-politica-da-votacao-do-brexit-pelas-redes-sociais/>>. Acesso em: 17 out. 2016.

SALVATORE, Dominick. **Introdução à Economia Internacional**. Rio de Janeiro: LTC. 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record. 19ª edição, 2010.

SWYNDEGOUW, Erik. Neither Global or Local: "Globalization" and The Politics Scale. In: \_\_\_\_\_ COX, Kevin (Org.). **Spaces of Globalization**: ressearting the power of the local. Nova Iorque: The Guildford Press, 1997. pp.137-166.

UNIÃO Europeia. **A história da União Europeia**. 2015. Disponível em: <[https://europa.eu/european-union/about-eu/history\\_pt#2010-presente](https://europa.eu/european-union/about-eu/history_pt#2010-presente)>. Acesso em 13 out. 2015.

UNIÃO Europeia. **Portugal**. 2016. Disponível em: <[https://europa.eu/european-union/about-eu/countries/member-countries/portugal\\_pt](https://europa.eu/european-union/about-eu/countries/member-countries/portugal_pt)>. Acesso em 21 set. 2016

VAINER, Carlos. Lugar, região, nação, mundo: Explorações históricas do debate acerca das escalas da ação política. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 8, n.2, 2006. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/159/143>>. Acesso em 22 out. 2015.

## ANEXO A – QUESTIONÁRIO APLICADO



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Questionário aplicado aos professores do Instituto Politécnico de Leiria com o objetivo de identificar sua opinião acerca da coesão territorial na União Europeia. Este faz parte da construção do trabalho de conclusão do curso de Relações Internacionais e tem importância para que se alcance os objetivos propostos pelo mesmo. As respostas são livres, conforme entendimento de cada participante.

Discente: Cyntia L. C. Cavalheiro

Contato: [cyntia.cavalheiro@universo.univates.br](mailto:cyntia.cavalheiro@universo.univates.br)

- **IDENTIFICAÇÃO**

Nome, formação, tempo de trabalho na universidade, conhecimento e vínculos com as discussões sobre integração e sobre a União Europeia.

- **CONHECIMENTOS ACERCA DA UNIÃO EUROPEIA**

O que conheces da UE e do seu histórico de formação?

- **FUNÇÃO DE PORTUGAL NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO**

Função de Portugal na integração e funções dos outros países.

- **COESÃO TERRITORIAL - CONHECIMENTOS**

Conhecimento teórico de coesão territorial, bem como prático.

- **OPINIÃO**

Opinião sobre o tema da coesão territorial aplicado no caso da União Europeia (é possível ou não chegar a esse estágio?). Pontos positivos e/ou negativos.